

Afirmativa

Ano 9 • N 42 • AFROBRAS, SEM EDUCAÇÃO NÃO HÁ LIBERDADE

plural



*Joaquim Barbosa, ministro do
Supremo Tribunal Federal.*

A segunda Abolição

AGORA

COMEÇOU A CONTAGEM REGRESSIVA.

BRA é Brasil. Na torcida pelo Time Brasil em 2012.


BRA é Bradesco. Patrocinador oficial dos Jogos Olímpicos Rio 2016.




Baixe um leitor de
QR Code em seu celular
e aproxime o telefone
do código ao lado.

Fone Fácil Bradesco: 4002 0022 / 0800 570 0022
SAC – Alô Bradesco: 0800 704 8383
SAC – Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800 722 0099
Ouvidoria: 0800 727 9933

bradesco.com.br

twitter  @Bradesco

 Curtir facebook.com/Bradesco

É BRA

BRA

PATROCINADOR
OFICIAL



Bradesco



TM Rio 2016 | Todos os direitos reservados.



Bradesco

Entrevista Especial

Ministro Ayres Britto, presidente do Supremo Tribunal Federal	8
---	---

Capa

Vitória sem precedentes	14
Voto pela constitucionalidade	18
Ação afirmativa combate a discriminação	21
Eficácia temporária	22
A cota é constitucional	23
Defendo a correção das desigualdades	24

A política afirmativa volta-se para o futuro	25
--	----

Um dia histórico	26
------------------------	----

A vitória da igualdade	30
------------------------------	----

Com os negros, o Brasil poderá mais – José Vicente	32
--	----

Educação

Desemprego não tem cor	34
Ousadia que deu certo	36
UnB “um passo adiante”	38

ndice

Mídia

Invisibilidade do negro na mídia, por quê?	40
--	----

Opinião

Um importante passo rumo ao futuro – Rosenildo Gomes Ferreira	42
---	----

Internacional

Zumbi e universidades irmãs	44
“Historicamente negras”: mais de cem anos na luta pela qualificação dos afro-americanos – Carlos Alberto Medeiros	50

Cidadania

Reverência ao trabalho de inclusão	52
Homenageados com a Medalha do Mérito Cívico Afrobrasileiro	57

Brasil 2022

Os negros no Brasil 2022	68
--------------------------------	----

Turismo

Um olhar sobre o Caribe	70
-------------------------------	----

Preto e Branco

James Meredith	74
----------------------	----

Afirmativa Plural é uma publicação da Afrobras - Sociedade Afro Brasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural, Centro de Documentação, através da: Editora Unipalmares Ltda., CNPJ nº 08.643.988/0001-52. Com periodicidade bimestral. Ano 9, Número 42 - Av. Santos Dumont, 843 - Bairro Ponte Pequena - São Paulo/SP - Brasil - CEP 01101-080 - Tel. (55 - 11) 3325-1000. www.afrobras.org.br

CONSELHO EDITORIAL: José Vicente • Francisca Rodrigues • Cristina Jorge • Nanci Valadares de Carvalho • Humberto Adami • Sônia Guimarães.

DIREÇÃO EDITORIAL E EXECUTIVA: Jornalista Francisca Rodrigues (Mtb.14.845 - francisca@afrobras.org.br).

FOTOGRAFIAS: J. C. Santos e Divulgação.

COLABORADORES: Rejane Romano, Eliane Almeida, Daniela Gomes.

PUBLICIDADE: Maximagem Mídia Assessoria em Comunicação Tel. (11) 3325-1000.

CAPA: Foto de Fellipe Sampaio - SCO - STF.

EDITORAÇÃO: Alvo Propaganda e Marketing (revistas@alvopm.com.br) • Tel. (11) 4325-0605.

A segunda Abolição!

Nos dias 25 e 26 de abril de 2012, pelo menos 51% da população brasileira que são os afrodescendentes e boa parte da população branca interessada no assunto cotas, estavam de olhos e ouvidos voltados para a Suprema Corte brasileira que votava a ação iniciada pelo Partido dos Democratas (DEM), em 2009, contra atos administrativos do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade de Brasília (Cepe/UnB), que adotou critérios raciais para o ingresso de alunos na universidade pelo sistema de reserva de vagas. Os atos administrativos e normativos questionados determinam a reserva de 20% do total das vagas oferecidas pela universidade a candidatos negros (incluindo pardos). O relator do processo, o ministro Ricardo Lewandowski

brilhante artigo nesta edição, “as cotas, ao contrário do que pensam, inclusive alguns dos beneficiados, não se constituem em um favor e nem servem para transformar a comunidade negra em “um bando de coitadinhos. Ao lado da titulação definitiva das terras ocupadas por quilombolas, a política de cotas serve como uma TÍ-MI-DA reparação de tudo que nos foi roubado pelo Estado Brasileiro, em especial nossa força de trabalho, usada para enriquecer o Estado e diversos integrantes de sua elite econômica e política. Servem apenas para equalizar a situação da comunidade negra apenas na questão do acesso à educação e, conseqüentemente, ao mercado de trabalho. Hoje, na corrida pelos melhores postos no setor público e privado e nas universidades públicas –

em sua excepcional explanação esclareceu a priori e desmitificou a questão genética. Argumento do qual muitos dos contrários se valem para justificar que no país não há como estabelecer através da análise genética quem é negro ou branco. Mas nós negros, sabemos que o racismo no Brasil é pelo tom da pele, quanto mais escura, mais difícil se tornam as coisas.

Os dias 25 e 26 de abril ficarão na história para o negro brasileiro. Na noite anterior, cem jovens da Faculdade Zumbi dos Palmares saíram de São Paulo rumo a Brasília, enfrentando horas de estrada, para assistirem o momento histórico e para trazer à memória de todos o quanto a falta de acesso dos negros ao ensino superior é prejudicial à comunidade negra e ao povo brasileiro de forma geral. Através da entoação do hino nacional, de preces e canções de origem africana, estes alunos e demais cidadãos que se deslocaram a Brasília entraram para a história.

E como diz o nosso articulista Rosenildo Ferreira em seu

pagas com o imposto de todos, mas reservadas aos filhos da elite –, estamos na situação daquele corredor que tem de disputar uma prova de 400 metros com barreiras, tendo às costas um saco com 100 quilos de batatas. Quase impossível ganhar”.

Estão de parabéns os ministros do STF, que conseguiram debater e chegar a um consenso, votando pela Constitucionalidade das Cotas. Que os jovens negros brasileiros aproveitem esta oportunidade para se aperfeiçoar em seus estudos, tornando-se excelentes profissionais, mestres e doutores, não deixando nada a dever aos demais que entraram nas universidades sem o sistema de cotas. Que não se sintam desmerecidos, nem pensem que será fácil, pois terão que continuar matando um leão por dia para provar (embora não fosse necessário) que são tão inteligentes e capazes quanto qualquer outro, de qualquer etnia, e que precisavam apenas de oportunidade.

Boa leitura a todos!

*Francisca Rodrigues,
Editora Executiva.*

ditorial



Na Mercedes-Benz, as diferenças fazem toda a diferença.

Para nós, a diversidade é essencial. A mistura de pessoas, culturas e crenças dentro da empresa contribui para a excelência. Quanto mais pontos de vista diferentes, mais ideias inovadoras. Na Mercedes-Benz, todos são um só e possuem um objetivo em comum: a qualidade acima de tudo.



Mercedes-Benz



A constituição se faz presente

Por Rejane Romano

Com um voto emblemático o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ayres Britto, votou positivamente quanto a constitucionalidade das cotas raciais nas Universidades públicas e reafirmou a validade das ações afirmativas.

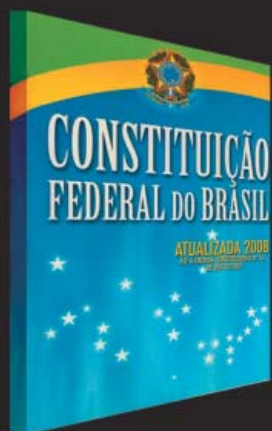
“As políticas públicas de justiça

compensatória, restaurativas, afirmativas ou reparadoras de desvantagens históricas são um instituto jurídico constitucional”, afirmou o presidente.

Observando que há diferenças entre cotas raciais e sociais, Ayres Britto, explicou que há “desigualdades dentro das desigualdades”, ou

seja, quando uma desigualdade – a econômica, por exemplo – potencializa outra – como a de cor.

O ministro salientou em sua fala no plenário que o preconceito racial é histórico e existe desde pelo menos o segundo século da colonização. E sustentou que quem não



A Lei Suprema como base das grandes decisões

Durante o voto no plenário do Supremo Tribunal Federal, o ministro Ayres Britto se amparou na Constituição para legitimar sua decisão. Acompanhe os artigos citados pelo presidente do STF:

Artigo 3º, inciso III – Afirma que são objetivos fundamentais da República erradicar a pobreza e a marginalização.

Inciso IV - Dispõe da promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, etc.

Artigo 23, inciso X - Impõe a todos os entes da Federação “combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos”.

sofre preconceito já se posiciona de forma vantajosa na escala social, enquanto quem sofre internaliza a desigualdade, que se perpetua. O preconceito, assim, passa a definir o caráter e o perfil da sociedade.

“Nossas relações sociais de base não são horizontais. São hegemônicas, e, portanto, verticais”, assinalou. “E o preâmbulo da Constituição é um sonoro ‘não’ ao preconceito, que desestabiliza temerariamente a sociedade e impede que vivamos em comunhão, em comunidade.”

Quanto as ações afirmativas disse: “São políticas afirmativas do direito de todos os seres humanos a um

tratamento igualitário e respeitoso. Assim é que se constrói uma nação”.

O ministro que defende um “*plus* da política pública promocional”, acreditando ser necessário fazer com que os desiguais ascendam, encerrou sua fala no plenário e chegou inclusive a recitar um poema de Castro Alves, com uma reflexão profunda sobre a decisão unânime: “A partir dessa decisão ministro Lewandowski, tão magistralmente conduzida por vossa excelência, o Brasil tem mais um motivo para se olhar no espelho da história e não corar de vergonha. É como voto e proclamo o resultado”, finalizou.

Com esses fundamentos, o presidente do STF reafirmou sua postura humanística em evento realizado pela Afrobras (Sociedade Afrobrasileira de Desenvolvimento Sócio-Cultural) e pela Faculdade Zumbi dos Palmares, em entrevista concedida à *Afirmativa Plural* durante a cerimônia de entrega da Medalha do Mérito Cívico Afrobrasileiro, um mês após a decisão histórica da Corte brasileira.

Afirmativa Plural – O que vai mudar agora que as cotas são constitucionais?

Ministro Ayres Britto – Nós estamos cumprindo a Constituição, que tem este propósito de infringir sobre a cultura nacional para arejá-la mentalmente e implantar uma nova era de inclusão comunitária. Proporcionando uma comunhão de vida, de identificação de que a própria coesão nacional se adentra no reconhecimento destes direitos elementares que, em última análise, são elementos da pessoa humana.

Afirmativa Plural – O que o negro brasileiro deve fazer para manter esta conquista?

Ayres Britto – Fomentar o diálogo, pois vivemos numa sociedade culturalmente diversificada. Finalmente o humanismo que está na Constituição começa a sair do papel e a se incorporar na nossa vida. Todos nós agora tendemos em transitar pelos espaços institucionais que constitui a sociedade: escola, igreja, família, condomínio, repartição pública, empresa... Todos nós tendemos a transitar com o mesmo desembaraço, altivez e a mesma dignidade. Porque assim está na constituição e assim deve ser. ■



Saiba mais sobre o presidente do Supremo Tribunal Federal que levou adiante e definiu a questão da reserva de vagas para negros em universidades públicas brasileiras.

Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto, nasceu em Propriá, Estado de Sergipe. É um acadêmico, professor, magistrado, jurista e poeta. Além da presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), Ayres Britto preside o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sendo assim o atual chefe do Poder Judiciário Brasileiro.

Após uma trajetória profissional que contou com cargos como de Consultor-Geral do Estado, Procurador-Geral do Estado e Procurador do Tribunal de Contas do Estado.

Em 2003, foi nomeado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal. O ministro presidiu o Tribunal Superior Eleitoral no período de maio de 2008 a abril de 2010.

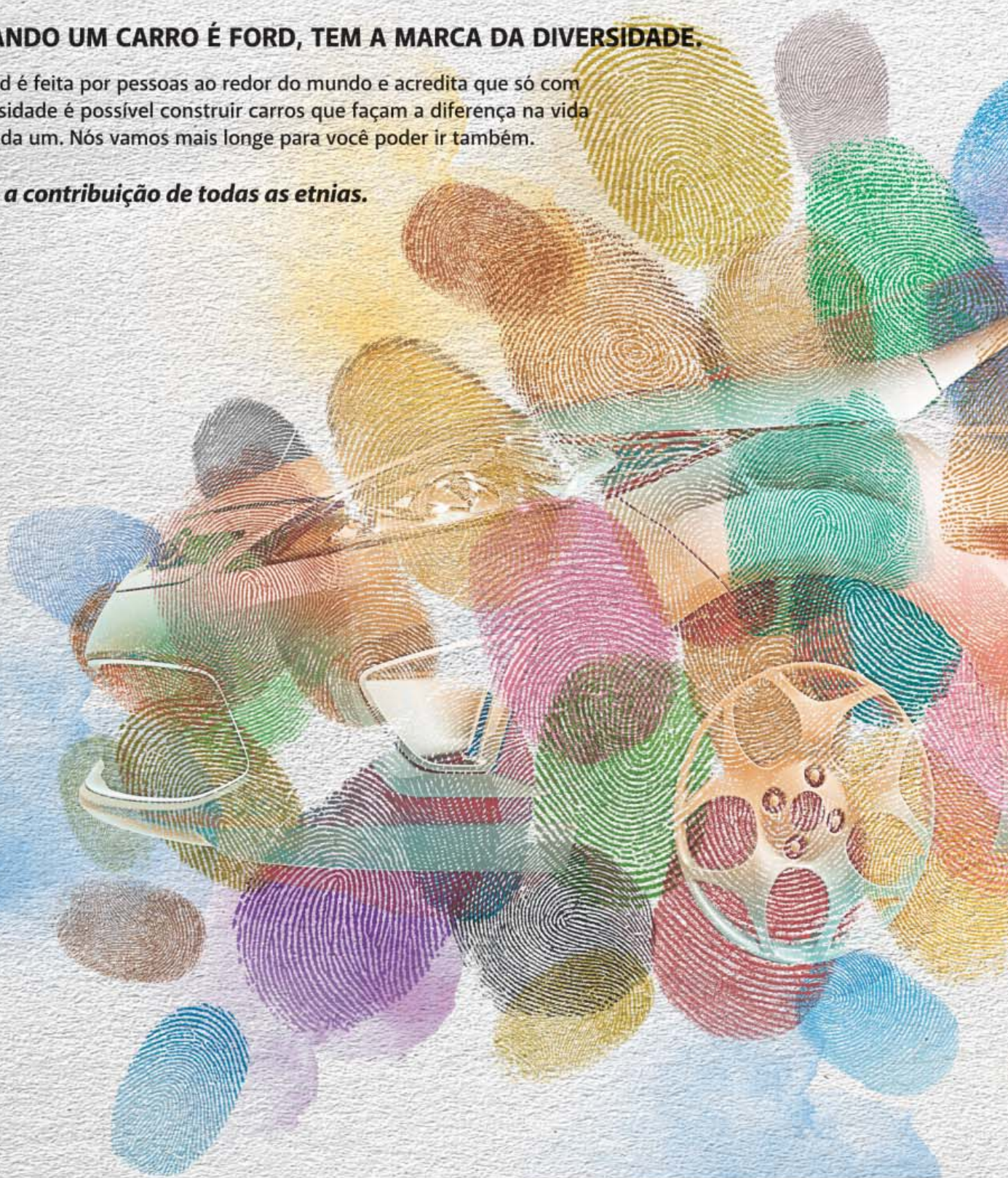
Apenas um mês e 11 dias e após assumir o mandato como presidente do STF, em 14 de março de 2012, com posse no cargo em 19 de abril, Ayres Britto definiu junto aos demais ministros, em unanimidade, a constitucionalidade das cotas raciais.

Em 2009 foi considerado pela Revista Época um dos 100 brasileiros mais influentes do ano. Em 2011 recebeu o Troféu Raça Negra e em maio deste ano foi condecorado com a Medalha do Mérito Cívico Afrobrasileiro.

QUANDO UM CARRO É FORD, TEM A MARCA DA DIVERSIDADE.

A Ford é feita por pessoas ao redor do mundo e acredita que só com diversidade é possível construir carros que façam a diferença na vida de cada um. Nós vamos mais longe para você poder ir também.

Viva a contribuição de todas as etnias.



0800-703 FORD
3 673

Cinto de segurança salva vidas. www.ford.com.br



vitória sem precedentes



O primeiro julgamento plenário da gestão do ministro Ayres Britto entrou para a história. Com uma votação unânime em favor das cotas a sessão tornou-se palco para explanações contundentes quanto à presença de racismo na sociedade brasileira e a importância das ações afirmativas.



Dentre os significados da palavra “reconhecimento” um deles cabe perfeitamente à decisão histórica do Supremo Tribunal Federal (STF), em deferir quanto a Constitucionalidade das Cotas Raciais nas Universidades Públicas brasileiras. Seria a explicação de que “reconhecimento” é o ato de admitir a legalidade de algo. A palavra deriva do latim, *recognoscere*, esclarecida como: relembrar, trazer novamente à memória, examinar.

De fato nos dias 25 e 26, do mês de abril, do ano de 2012, estas expressões foram utilizadas com afinco na Suprema Corte brasileira. Os olhos da nação e mais significativamente da comunidade negra estavam atentos ao pleito na angustia de saber se esta ação iniciada pelo Partido dos Democratas (DEM), em 2009, contra atos administrativos do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade de Brasília (Cepe/UnB), daria uma resposta positiva àqueles que, de acordo com o último censo do IBGE, são maioria da população brasileira.

A UnB adotou critérios raciais para o ingresso de alunos na universidade pelo sistema de reserva de vagas. Os atos administrativos e normativos questionados determinam a reserva de 20% do total das vagas oferecidas pela universidade a candidatos negros (incluindo pardos). A universidade foi pioneira nesta questão, adotando cotas raciais desde julho de 2004.

Foram julgadas a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186 e o Recurso Extraordinário (RE) 597285, ambos de relatoria do ministro Ricardo Lewandowski, e a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3330, que contesta o Programa Universidade para Todos

(ProUni), relatada pelo atual presidente do STF, ministro Ayres Britto.

O tema polêmico foi debatido em audiência pública realizada em março de 2010, com a participação de 38 especialistas de entidades governamentais e não governamentais. O ministro Lewandowski acolheu pedidos de participação no julgamento na condição de amigos da Corte

// A Constituição Federal impõe uma reparação de danos pretéritos do país em relação aos negros, com base no artigo 3º, inciso I, da Constituição Federal, que preconiza, entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. //

(*amicus curiae*) feitos por diversos órgãos e entidades das quais a Afrobras – Sociedade Afro Brasileira de Desenvolvimento Socio Cultural e a Faculdade Zumbi dos Palmares foram representadas na ocasião pelo reitor José Vicente.

Já nesta segunda fase das discussões, o diretor acadêmico, Dr. Hédio Silva Jr., foi quem realizou a sustentação oral no Plenário da corte.

O primeiro julgamento plenário da gestão do ministro Ayres Britto entrou para a história. Com uma votação unânime em favor das cotas a sessão tornou-se palco para explana-

ções contundentes quanto à presença de racismo na sociedade brasileira e a importância das ações afirmativas.

Além das entidades nacionais em favor das cotas raciais, como a Advocacia Geral da União, a Organização das Nações Unidas (ONU) reafirmou seu apoio à política de cotas raciais nas universidades brasileiras. Em nota, a organização disse reconhecer os esforços do Estado e da sociedade no país no combate às desigualdades e na implementação de políticas afirmativas.

“O Sistema das Nações Unidas no Brasil reconhece a adoção de políticas que possibilitem a maior integração de grupos cujas oportunidades do exercício pleno de direitos têm sido historicamente restringidas, como as populações de afrodescendentes, indígenas, mulheres e pessoas com deficiências”, disse a nota.

Relembrar

Apoiando-se na história do povo negro brasileiro, iniciada a partir da desumana escravidão os presentes na Corte mergulharam no entendimento empírico sobre a criação das cotas no Brasil (não iniciada com os negros) e na profundidade das ações afirmativas, utilizando-se em alguns momentos do exemplo dos Estados Unidos.

O relator do processo, o ministro Ricardo Lewandowski em sua explanação esclareceu a priori e desmitificou a questão genética. Argumento do qual muitos dos contrários se valem para justificar que no país não há como estabelecer através da análise genética quem é negro ou branco. Mas e a estética? Ao serem segregados de altos cargos em empresas, por exemplo, tal feito não é apoiado no exame genético do candidato.



Além destas exposições, muitos ministros utilizaram-se da Constituição Federal para embasar os votos durante a sessão plenária. O relator do processo, o ministro Lewandowski, destacou que “a política de ação afirmativa adotada pela Universidade de Brasília não se mostrou desproporcional ou irrazoável, afigurando-se também sob esse ângulo compatível com os valores e princípios da Constituição”.

Já o ministro Luiz Fux sustentou que “a Constituição Federal impõe uma reparação de danos pretéritos do país em relação aos negros, com base no artigo 3º, inciso I, da Constituição Federal, que preconiza, entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária”.

Trazer novamente à memória

Momentos antes da mais alta Corte do Brasil iniciar os debates, pessoas favoráveis às cotas, dentre os quais 100 alunos da Faculdade Zumbi dos Palmares, reuniram-se em frente ao prédio do STF, a fim de trazer à memória de todos o quanto a falta de acesso dos negros brasileiros ao ensino superior é prejudicial à comunidade negra e ao povo brasileiro de forma geral.

Através da entoação do hino nacional, de preces e canções de origem africana, estes alunos e demais cidadãos que se deslocaram a Brasília entraram para a história.

Examinar

Expostas as sustentações orais da advogada que representou o DEM, da procuradora que falou em nome da

UnB, da sustentação oral dos favoráveis e contrários ao sistema de cotas, teve início o voto dos 10 ministros, apenas um ausentou-se, o ministro Dias Toffoli, que não participou do julgamento em razão de ter emitido opinião no processo à época em que era Advogado Geral da União.

Um a um os votos pontuavam a constitucionalidade das cotas raciais nas universidades públicas. O último a votar, o presidente do STF Ayres Britto esclareceu de forma oportuna a necessidade de diferenciar-se as cotas sociais das raciais. Desta forma, após esta vitória memorável cabe examinar os argumentos que levaram a esta definição para, a partir de então, elaborar a reestruturação da Educação no Brasil, equiparando os índices entre negros e brancos que atualmente são discrepantes. ■



Único dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) a votar na sessão plenária no primeiro dia, o relator da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 186), ministro Ricardo Lewandowski, julgou totalmente improcedente o pedido feito pelo Partido Democratas (DEM) contra a política de cotas étnico-raciais para seleção de estudantes da Universidade de Brasília (UnB).

Em um extenso e minucioso voto o ministro Lewandowski afirmou que as políticas de ação afirmativa adotadas pela UnB estabelecem um ambiente acadêmico plural e diversificado e têm o objetivo de superar distorções sociais historicamente consolidadas. Além disso, segundo o relator, os meios empregados e os fins perseguidos pela UnB são marcados pela proporcionalidade e razoabilidade, as políticas são tran-

sitórias e preveem a revisão periódica de seus resultados.

Quanto aos métodos de seleção, o relator os considerou “eficazes e compatíveis” com o princípio da dignidade humana. “No caso da Universidade de Brasília, a reserva de 20% de suas vagas para estudantes negros e ‘de um pequeno número delas’ para índios de todos os Estados brasileiros pelo prazo de dez anos constitui, a meu ver, providência adequada e proporcional ao atingimento dos mencionados desideratos. A política de ação afirmativa adotada pela Universidade de Brasília não se mostra desproporcional ou irrazoável, afigurando-se também sob esse ângulo compatível com os valores e princípios da Constituição”, afirmou o relator.

Preliminares

O ministro Lewandowski iniciou seu voto afastando as preliminares

de não conhecimento da ação levantada e afirmou o cabimento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental por considerá-la o meio mais adequado e hábil para sanar a lesividade apontada pelo Partido Democratas (DEM). Segundo o relator, para efetivar o princípio constitucional da igualdade, o Estado pode lançar mão de políticas universalistas (de grande alcance) e também de ações afirmativas, que levam em conta a situação concreta de determinados grupos sociais.

Lewandowski observou que, ao contrário do que muitos pensam, a política de ações afirmativas não tem origem norte-americana. Ela surgiu na Índia, país composto por uma sociedade de castas, sob a condução do líder pacifista Mahatma Gandhi. Lembrando que o Brasil é uma sociedade marcada por desigualdades interpessoais profundas, o ministro



afirmou que a adoção de critérios objetivos de seleção para ingresso dos cotistas nas universidades deve levar em conta o ganho social que esse processo acarretará na formação de uma sociedade mais fraterna.

Discriminação

Citando números do Ministério da Educação, o ministro Lewandowski lembrou que apenas 2% dos negros conquistam diploma universitário no Brasil e afirmou que aqueles que hoje são discriminados têm um potencial enorme para contribuir para uma sociedade mais avançada. O ministro iniciou a análise da constitucionalidade da seleção de candidatos por meio da adoção de critério étnico-racial afastando o conceito biológico de raça, por considerá-lo um conceito “artificialmente construído ao longo dos tempos para justificar a discriminação”.

Quanto ao argumento do DEM de que a inexistência cientificamente comprovada do conceito biológico de raça impediria a utilização do critério étnico-racial para seleção dos cotistas, o ministro Lewandowski lembrou que o Supremo já enfrentou essa questão ao julgar o *Habeas Corpus* (HC 82424), impetrado em favor de Siegfried Ellwanger, acusado do crime de racismo por ser o responsável pela edição e venda de livros fazendo apologia de ideias preconceituosas e discriminatórias em relação à comunidade judaica.

Celeiros de recrutamento

“A histórica discriminação de negros e pardos, revela um componente multiplicador, mas às avessas, pois a sua convivência multissecular

// O reduzido número de negros e pardos que exercem cargos ou funções de relevo em nossa sociedade, seja na esfera pública, seja na privada, resulta da discriminação histórica que as sucessivas gerações de pessoas pertencentes a esses grupos têm sofrido, ainda que na maior parte das vezes de forma camuflada ou implícita. //

com a exclusão social gera a perpetuação de uma consciência de inferioridade e de conformidade com a falta de perspectiva, lançando milhares deles, sobretudo as gerações mais jovens, no trajeto sem volta da marginalidade social”, afirmou o relator.

Ele ressaltou o papel integrador da Universidade como principal centro de formação das elites brasileiras e sua transformação em celeiros privilegiados para o recrutamento de futuros líderes. “Tais espaços não são

apenas ambientes de formação profissional, mas constituem também locais privilegiados de criação de futuros líderes e dirigentes sociais. Todos sabem que as Universidades, e em especial as públicas, são os principais centros de formação das elites brasileiras. Não constituem apenas núcleos de excelência para a formação de profissionais destinados ao mercado de trabalho, mas representam também um celeiro privilegiado para o recrutamento de futuros ocupantes dos altos cargos públicos e privados no país”, asseverou.

Para o relator, as políticas de ações afirmativas da UnB resultam num ambiente acadêmico plural e diversificado e servem para superar distorções sociais historicamente consolidadas. “O reduzido número de negros e pardos que exercem cargos ou funções de relevo em nossa sociedade, seja na esfera pública, seja na privada, resulta da discriminação histórica que as sucessivas gerações de pessoas pertencentes a esses grupos têm sofrido, ainda que na maior parte das vezes de forma camuflada ou implícita. Os programas de ação afirmativa em sociedades em que isso ocorre, entre as quais a nossa, são uma forma de compensar essa discriminação, culturalmente arraigada, não raro praticada de forma inconsciente e à sombra de um Estado complacente”, ressaltou o relator. ■

Texto extraído do site do Supremo Tribunal Federal: <http://www.stf.jus.br>

açã@firmativa

combate a discriminação

Primeiro negro a ocupar uma das 11 vagas de ministro no Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa votou em favor das cotas raciais e afirmou que a manifestação do relator Ricardo Lewandowski foi tão convincente e abrangente que praticamente esgotou o tema. “O voto de Vossa Excelência está em sintonia com o que há de mais moderno na literatura sobre o tema”, afirmou.

“Acho que a discriminação, como componente indissociável do relacionamento entre os seres humanos, reveste-se de uma roupagem competitiva. O que está em jogo aqui é, em certa medida, competição: é o espectro competitivo que germina em todas as sociedades. Quanto mais intensa a discriminação e mais poderosos os mecanismos inerciais que impedem o seu combate, mais ampla se mostra a clivagem entre o discriminador e o discriminado”, afirmou.

Em um discurso de dez minutos, o ministro ressaltou ainda a exclusão dos negros na sociedade brasileira. “As medidas visam a combater a discriminação de fato, de fundo cultural, como é a brasileira. Arraigada, estrutural, absolutamente enraizada na sociedade. De tão enraizada as pessoas nem a percebem, ela se normaliza e torna-se uma coisa natural.”

Para Barbosa, quem tem preconceito contra os negros tenta manter sua posição privilegiada na sociedade. “Aos esforços de uns em prol da concretização da igualdade se contrapõe interesses de outros na manutenção do *status quo*”, disse. ■

Foto: Felipe Sampaio - SCO - STF



Eficácia temporária



Foto: Felipe Sampaio - SCO - STF

Na avaliação do ministro Celso de Mello, o modelo de cotas raciais da UnB é um mecanismo compensatório destinado a concretizar o direito da pessoa ter sua igualdade protegida contra práticas discriminatórias. “As políticas públicas têm na prática das ações afirmativas um poderoso e legítimo instrumento impregnado de eficácia necessariamente temporária, já que elas não deverão ter a finalidade de manter direitos desiguais depois de alcançados os objetivos”, salientou, destacando que os resultados do sistema serão reavaliados dez anos depois da sua implantação.

O ministro pontuou ainda que uma sociedade que tolera práticas discriminatórias não pode se qualificar como uma formação social e democrática, “porque, ao frustrar e aniquilar a condição de cidadão da pessoa que sofre exclusão estigmatizante propiciada pela discriminação e ao ofender valores essenciais da pessoa humana e da igualdade representa a própria antítese dos objetivos fundamentais da República, dentre os quais figuram aqueles que visam à constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, inteiramente comprometida com a redução das desigualdades sociais”. ■

Texto extraído do site do Supremo Tribunal Federal: <http://www.stf.jus.br>

a cota é acostitucional

Segundo ministro a se pronunciar o ministro Luiz Fux acompanhou o voto do relator, ministro Ricardo Lewandowski, votando pela total improcedência da ação e pela constitucionalidade das cotas.

Fundamentado no artigo 3º, inciso I, da Constituição Federal (CF), que preconiza, entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, o ministro sustentou que a CF impõe, com esse artigo, uma reparação de danos pretéritos do país em relação aos negros. Além disso, para ele, a instituição de cotas raciais dá cumprimento ao artigo 208, inciso V, da CF, que atribui ao Estado o dever com a educação, assegurando “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”.

Citando diversos pronunciamentos feitos ao longo da tarde do primeiro dia da sessão, o ministro Luiz Fux endossou o argumento de que não bastava meramente abolir a escravidão e deixar o negro sujeito à sua própria sorte. Era preciso que se realizassem ações afirmativas, dando ao negro também igualdade material em relação à população branca, dentro do princípio jurídico de que é preciso tratar desigualmente os desiguais. E neste princípio se encaixa, segundo ele, a instituição das cotas raciais. ■

*Texto extraído do site do Supremo Tribunal Federal:
<http://www.stf.jus.br>*



Foto: Nelsom Jr. - SCO - STF

defendo a correção das desigualdades



Foto: Felipe Sampaio - SCO - STF

“A meritocracia sem igualdade de pontos de partida é apenas uma forma velada de aristocracia”, disse o ministro Marco Aurélio Mello do Supremo Tribunal Federal (STF), ao proferir voto a favor do sistema de cotas raciais nas universidades públicas. Destacou que as ações afirmativas devem sim ser utilizadas na correção de desigualdades e que o sistema de cotas deve ser extinto tão logo essas diferenças sejam eliminadas. “Mas estamos longe disso”, advertiu.

Segundo ele, ao contrário do que afirma o DEM na ação, a adoção de políticas de ação afirmativa em favor dos negros e outras minorias no Brasil, iniciada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), não produziu um Estado racializado. “Ao menos até agora essa não foi uma consequência advinda da mencionada política. São mais de dez anos de práticas sem registro de qualquer episódio sério de tensão ou conflito racial no Brasil que possa ser associado a tais medidas.”

“Só existe a supremacia da Carta quando, à luz desse diploma, vingar a igualdade. A ação afirmativa evidencia o conteúdo democrático do princípio da igualdade jurídica”, acrescentou o ministro. Ele finalizou seu voto defendendo a “correção das desigualdades”. “Façamos o que está a nosso alcance, o que está previsto na Constituição Federal.” ■

Texto extraído do site do Supremo Tribunal Federal: <http://www.stf.jus.br>

a política afirmativa volta-se para o futuro

O ministro Cezar Peluso foi o sexto a se pronunciar a favor da instituição de cotas raciais pela Universidade de Brasília (UnB) e disse que o ponto central do questionamento é que ações afirmativas em relação às minorias, como as cotas raciais, ofenderiam o princípio constitucional da igualdade. Para o ministro Peluso, “é fato histórico incontestável o déficit educacional e cultural dos negros, desde os primórdios da vida brasileira, em virtude das graves e conhecidas barreiras institucionais do acesso dos negros às fontes da educação e da cultura”.

Antes de concluir seu voto, o ministro Cezar Peluso contestou algumas objeções que têm sido feitas contra as cotas raciais. Entre elas, referiu-se ao argumento de que é o mérito pessoal que deve ser levado em conta, o ministro disse que ele ignora os obstáculos historicamente opostos aos esforços dos grupos marginalizados. “A meu ver, a política pública afirmativa volta-se para o futuro, independe de intuitos compensatórios, reparatórios, de cunho indenizatório, simplesmente pela impossibilidade, não apenas jurídica, de responsabilizar os atuais por atos dos antepassados”, afirmou. ■

Texto extraído do site do Supremo Tribunal Federal: <http://www.stf.jus.br>



Foto: Felipe Sampaio - SCO - STF

um dia neste





Qual a emoção de fazer parte de um momento histórico? Ser testemunha ocular de uma decisão sem precedentes? Olhar para trás e poder dizer: “Eu estive lá?”.

Estas respostas ficam a cargo dos 100 alunos da Faculdade Zumbi dos Palmares, que através de uma iniciativa da instituição, junto a ONG Educafro tiveram a oportunidade, para poucos, de acompanhar de perto a definição sobre a constitucionalidade das cotas nas Universidades públicas brasileiras.

O Advogado e regente do Coral Zumbi dos Palmares, Nilton Silva, liderou o grupo que viveu momen-

tos que já entraram para a história e estão eternizados nas mentes daqueles que pela simples presença deram força a esta conquista.

Num relato minimalista Nilton detalhou lances da viagem de São Paulo à Brasília. “Havia conosco, cada homem e mulher desse grupo de alunos da Faculdade Zumbi dos Palmares, uma esperança engraçada, um sorriso que insistia em brotar, mesmo em meio às agruras de uma viagem de 16 horas cortando esse Brasil de Sudeste a Centro Oeste”.

Desde a chegada a entrada do Supremo Tribunal Federal o clima era de fé e credibilidade na força do povo

brasileiro. “Fizemos uma roda com cerca de 150 pessoas e cantamos o Hino Nacional Brasileiro. Logo depois um grupo de alunos iniciou um canto africano de esperança.”

Quando a sessão plenária teve início, mesmo os alunos que não adentraram o prédio do STF, acompanharam emocionados pelo telão. A emoção foi ainda maior quando após negociações foi disponibilizada a todos a entrada no local.

“Ao entrar eu fui tomado de uma emoção muito forte, um misto de euforia, tristeza, esperança, um turbilhão de emoções me assaltou e me fraquejou as pernas, busquei apoio





em uma parede e com os olhos molhados pensei comigo: Meus pais gostariam de me ver aqui e de estarem aqui! Recobrei as forças e sentei-me com os demais colegas e companheiros de lutas e ativismo. Esperançosos ouvíamos as intervenções inteligentíssimas do Excelentíssimo Ministro Joaquim Barbosa, nosso único ministro negro na Corte máxima”.

Como a sessão sobre as cotas raciais nas Universidades públicas durou dois dias e os alunos da Zumbi já estavam em São Paulo quando a decisão foi sacramentada, o regente do Coral relata sua experiência: “Dentro de um metrô, vendo a TV

do metrô, a notícia chegou até mim. Dei um sorriso e comecei a falar alto, repetir a palavra: unanimidade, unanimidade. Meus olhos mais uma vez se encheram de lágrimas, minha perna fraquejou novamente, por um momento fiquei sem entender o tempo e o espaço e só consegui balbuciar:

*EU AJUDEI A
CONSTRUIR ISSO,
TENHO ESSA HISTORIA
DE CONQUISTA PARA
CONTAR AOS MEUS
FILHOS!”.*

Em sua passagem pelo STF os alunos da primeira faculdade com foco na inclusão do negro no ensino superior na América Latina, chamaram a atenção do cineasta Spike Lee, negro norte-americano, um dos mais influentes porta-vozes da questão racial no mundo contemporâneo. Spike se aproximou dos alunos enquanto estes cantavam. “Ao nos escutar, o ativista irmão da América do norte posicionou sua equipe para registrar aquele momento que, segundo suas próprias palavras, era quase profético, sim, por que afinal naquele momento o resultado da votação não era conhecido”. ■

a vitória da igualdade

Advogado, Doutor em Direito Constitucional, Mestre em Direito Processual Penal, ex-Secretário de Estado de Justiça e Defesa da Cidadania, Diretor Executivo do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade (CEERT) e Diretor Acadêmico da Faculdade Zumbi dos Palmares. É com muita propriedade que o Dr. Hédio Silva Jr. afirma que a decisão unânime da Corte brasileira vai além do acesso à educação superior.

O advogado constata que o conteúdo da decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal é mais abrangente que a Constitucionalidade das cotas para negros em Universidades públicas.

“O Supremo declarou a Constitucionalidade e legitimidade do princípio da ação afirmativa aplicado à população negra no acesso à educação superior pública ou privada, educação básica, acesso ao emprego, à formação profissional, nas políticas de fomento à pesquisa, política ambiental, de segurança pública e assim por diante”, afirma Hédio Silva Jr.

O resultado do julgamento constata que a decisão não se limita à educação superior. Marca historicamen-

te a disponibilidade de acesso em todos os campos da sociedade.

Em sua sustentação oral no plenário, Hédio Silva Jr., que representou a sociedade civil como *Amicus Curiae*, destacou o abismo e o quanto é excludente o formato de sociedade onde nos bancos universitários, principalmente das Universidades públicas, têm uma representação ínfima de negros.

“Há muito tempo estava convenido de que a temática da classificação racial era o último argumento que restava aos opositores das políticas de ação afirmativa e com potencial para influenciar negativamente os ministros. Tendo em vista o exíguo tempo de que disporia – cinco minutos – fechei foco neste tema, na demonstração de que o princípio da ação afirmativa é adotado há séculos no Brasil para favorecer outros segmentos discriminados e no resgate de um processo judicial de 1824 no qual os juízes demonstraram uma surpreendente autonomia diante do sistema escravocrata e terminaram concedendo a liberdade a uma escrava”, explica o Diretor Acadêmico da Faculdade Zumbi dos Palmares, quanto a pre-

paração de seu discurso no plenário.

Com esta definição de Constitucionalidade das cotas, como ponderou o ministro Joaquim Barbosa, a sociedade brasileira tem muito a ganhar com tal decisão. “Não se deve perder de vista o fato de que a história universal não registra, na era contemporânea, nenhum exemplo de nação que tenha se erguido de uma condição periférica à condição de potência econômica e política, digna de respeito na cena política internacional, mantendo, no plano doméstico, uma política de exclusão em relação a uma parcela expressiva da sua população”, afirmou o ministro.

Sendo a maioria da população brasileira e tendo maior acesso à graduação em nível superior, o advogado acredita que a economia brasileira será beneficiada.

“Já há empresas no Brasil que vêm se dando conta de que a presença de negros, inclusive em postos de direção, aglutina desempenho, inovação, criatividade, versatilidade e agilidade, favorecendo a realização do negócio e otimizando a imagem da empresa. Numa palavra: diversidade e igualdade racial fazem bem aos negócios. Portanto, em pouco tempo,

o Brasil se dará conta de que inclusão educacional e profissional da população negra robustece a economia e solidifica as bases para um crescimento sustentável e distributivo”.

Segundo Hédio Silva Jr., diversos fatores podem ser apontados para esta tomada de decisão: “Sem dúvida o grande protagonista desta decisão do Supremo foi o Movimento Negro brasileiro e seus aliados na política, na academia, nas corporações, enfim, formadores de opinião que nos últimos anos se deram conta da gravidade do problema das desigualdades raciais e da necessidade de uma intervenção efetiva neste problema.

Outros fatores também contribuíram, mas penso que o fundamental é que há 20 anos o país sequer reconhecia a existência do problema racial e atualmente este tema é obrigatório quando se fala em direitos humanos, em cidadania ou políticas de inclusão social no Brasil. Certamente foi esta mudança que impactou a consciência dos ministros do STF. Vários ministros citaram expressamente a atuação da Afrobras e da Faculdade Zumbi dos Palmares como fatores que contribuíram para que passassem a ver a questão racial com mais abrangência e acuidade”.

Independente do motivo, vale ressaltar que esta é: “uma vitória sem precedentes e uma verdadeira revolução no entendimento jurídico da matéria da igualdade e do papel do Estado na garantia da igualdade material, igualdade de oportunidade e não apenas igualdade formal, retórica. No limite, o que o Supremo afirmou é que sem igualdade racial não há democracia, não há cidadania”. ■





Foto: Anissa Thompson - SXC-HU

com os negros, o Brasil poderá |

mais

**Por José Vicente*

Nos últimos 15 anos, a ação do governo, do Congresso e da mídia ajudou o país a ter mais negros em postos de prestígio no seu mercado de trabalho. Em 1995, uma pesquisa realizada pelo Datafolha apontou que 89% de brasileiros aceitavam a existência do racismo no país. Somente

10% deles confessavam que já teriam discriminado negros.

Em 2001, quando a UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), pioneiramente, criou cotas para negros no ensino superior, conforme pesquisa do Ipea, os universitários brasileiros eram 97% de brancos. Os

professores, pesquisadores e cientistas negros somavam 1%.

Os negros compunham 70% dos que viviam abaixo da linha da pobreza e 63% do quadro dos pobres. Em 2001, era quase impossível encontrar um general negro, um almirante negro, um embaixador negro, um exe-

cutivo negro comandando qualquer grande empresa do país.

Como se vê e sempre se soube, as relações entre negros e brancos no Brasil se estruturaram sob uma visão de racismo sem racistas e em uma concepção ambígua e irracional de que racismo e discriminação racial não existem, por que a ciência decretou que raças não existem -se distorção houver, é a discriminação social que mantém negros e brancos separados e desiguais.

Na sociedade escravista, a ciência não impediu que os negros fossem escravizados. Na sociedade da razão e do mercado, não permitiu que pudessem usufruir o ideal republicano de iguais, tidos por ela como integrantes de raça inferior.

No plano político real, nossa mistura de raças e nossa identidade mestiça de brancos, negros e índios esteve longe de significar integração e participação em pé de igualdade.

Apesar de patrimônio coletivo, nossa identidade tripartida tem servido como ideologia articulada que, negando o racismo e diluindo o racial no social, mantém privilégios, oportunidades, vantagens e estética social exclusiva, da qual os negros não participam.

Uma república de poucos e uma democracia de desiguais que segrega e interdita os acessos aos 51% dos brasileiros autodeclarados negros.

Apesar dos pesares e a despeito dessas visões e crenças equivocadas ultrapassadas, nos últimos 15 anos a conscientização e o comprometimento de destacados setores da sociedade, do governo, do Congresso e da mídia nacional na defesa e valorização da diversidade e igualdade étnico-racial e no combate à discrimina-

ção contra os negros, contribuíram para algumas mudanças.

A criação das políticas afirmativas de cotas para negros nas universidades públicas e, nas universidades privadas, do ProUni e outras importantes realizações resultaram no aumento expressivo dos negros no mercado de trabalho, em postos de prestígio da alta administração e mesmo na comunicação e estética social.

Se não é tudo que podemos (e não é), essas pioneiras e limitadas realizações e seus incipientes resultados nos permitiram sair do lugar comum e agir criativamente pra construir consensos e mudanças para colocar o país como uma república moderna, acessível e disponível a todos. Por isso, era preciso seguir adiante, era preciso ir além.

A corajosa decisão do Supremo Tribunal Federal, que aprovou a constitucionalidade de cotas para negros no ensino superior, nos libertou das amarras de um falso dilema e devolveu o país aos trilhos da racionalidade. Não abandonou os negros e honrou todos os brasileiros. Fortaleceu a justiça e definiu os fundamentos que permitirão a celebração verdadeira da nossa identidade e diversidade racial. Impediu que nos tornássemos gigante de pés de barro.

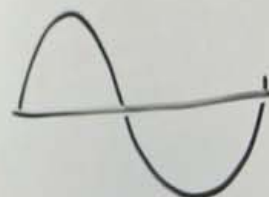
Com os negros, o Brasil fica mais coeso, mais fortalecido, mais produtivo, mais criativo, mais competitivo, mais colorido e melhor. Com os negros, o Brasil poderá mais. ■

**José Vicente é reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares.*



$$A_v = \frac{R_1}{R_1}$$

$$\frac{10k + 100k\Omega}{10k\Omega} =$$



desempenho não tem cor

Dados comprovam que os negros superaram mito e obtêm boas notas nas Universidades públicas que integram. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), indica desempenhos similares ou até melhores em relação a não-cotistas em quatro das principais Universidades do País.

Em ao menos quatro, das 54 universidades públicas distribuídas pelos principais Estados que nos últimos anos adotaram o sistema de cotas, alunos negros apresentam desempenho próximo, similar ou até melhor em relação aos não-cotistas.

Resultados iniciais do aproveitamento de cotistas na Unicamp, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), divulgados pelo Ipea, derrubam mito de que, graças à ação afirmativa, alunos negros “caíram de paraquedas” nas Universidades e não conseguiriam acompanhar o ritmo.

No biênio 2005-2006, cotistas obtiveram maior média de rendimento em 31 dos 55 cursos (Unicamp) e Coeficiente de Rendimento (CR) igual ou superior aos de não-cotistas em 11 dos 16 cursos (UFBA).

Na UnB, não-cotistas tiveram maior índice de aprovação (92,98% contra 88,90%) e maior média geral

do curso (3,79% contra 3,57%).

Em estudo da ONG Educafro junto à UERJ, estudantes negros e oriundos da rede pública, ingressantes entre 2003 e 2007, apresentaram maior Coeficiente de Rendimento médio (6,41 e 6,56 respectivamente) em relação aos cotistas (6,37). Índios e deficientes somaram 5,73.

O ex-ministro da Educação, Fernando Haddad, disse em certa oca-

// Conviver com a diferença é um elemento fundamental da educação. Se você não sabe conviver com a diferença, não está educado. //

sião (10º Encontro Nacional de Assuntos Estratégicos), que o Programa Universidade para Todos (ProUni) “é um modelo de cotas e vemos que a qualidade dos alunos não caiu. Pelo contrário, os alunos têm desempenho superior ao dos não cotistas”, afirmou. Na ocasião o então ministro da Educação criticou a tese defendida pelos críticos das cotas, segundo os quais o sistema estimularia o conflito racial.

“O conflito não aconteceu, pelo contrário, a diversidade se impôs, e nada melhor que brancos convivendo com negros. Conviver com a diferença é um elemento fundamental da educação. Se você não sabe conviver com a diferença, não está educado”, destacou.

Em entrevista a *Afirmativa Plural*, edição 40, o coordenador do Laboratório de Análises Econômicas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (LAESER) e professor Adjunto do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Marcelo Paixão, destacou que como membro do conselho universitário da UFRJ observou que a experiência dos cotistas inclusive nas universidades co-irmãs “não afeta a qualidade de ensino”. E reforçou: “No exame da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), a UnB e a UERJ obtiveram as melhores notas, ou seja os cotistas não modificaram o perfil destas Universidades que sempre conquistaram boas avaliações para o curso de Direito. As ações afirmativas contribuem para um corpo discente mais diversificado e não devem ser vistas como um ato de piedade com os alunos contemplados pelas cotas, pelo contrário”. ■



ousadia

que deu certo



Foto: Cervasio Baptista - SCO - STF

Cotistas UnB com Gilmar Mendes, ministro do STF.

A Universidade de Brasília (UnB), foi a primeira universidade federal a instituir o sistema de cotas, em junho de 2004, devido a ação afirmativa que fez parte do Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial da instituição e foi aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Já no primeiro vestibular, o sistema de cotas foi responsável por 18,6% dos candidatos. A eles, foram destinados 20% do total de vagas de cada curso oferecido.

Após oito anos, a primeira universidade federal do País a adotar reserva de vagas para estudantes negros chegou ao saldo de 1.024 cotistas formados.

Desde o segundo semestre de 2004, quando a primeira turma de estudantes aprovada pelo sistema iniciou suas aulas na instituição, 6.180 candidatos cotistas já se matricularam na universidade.

Criado para durar dez anos, o sistema permanece reservando 20% das vagas do vestibular para estudantes que se declaram negros diante de uma banca de professores e pesquisadores que entrevistam o candidato. A banca pode julgar o estudante inapto a concorrer às vagas da instituição pelo programa. Antes disso, essa banca avaliava uma foto do candidato.

Apesar desta forma de declaração da raça causar polêmica, o Advogado e Diretor Acadêmico da Faculdade Zumbi dos Palmares, Dr. Hédio Silva Jr. acredita que a auto-declaração é o melhor método.

“A autodeclaração é mais recomendável do ponto de vista ético e metodológico conforme reconhecido pela própria ONU. Havendo dúvidas, há no país mais de dez documentos públicos nos quais os bra-

sileiros são classificados racialmente desde tempos imemoriais. Basta que se exija a apresentação de um destes documentos como forma de corroborar a autodeclaração; com isso torna-se mínimo o espaço para fraudes”, afirma o advogado.

De acordo com estudos e pesquisas realizados dentro da UnB, os resultados mostram que não há diferenças significativas de desempenho entre os cotistas e os não-cotistas durante os cursos, os que entram pela reserva de vagas abandonam menos a graduação e o sistema de cotas contribuiu para mudar o perfil dos universitários. Além disso, as pesquisas desenvolvidas na UnB quebraram também outros mitos, como a possível queda na qualidade de ensino da instituição.

Outra pesquisa, realizada pela professora Maria Eduarda Tannuri-Pianto, do Departamento de Economia e Andrew Francis, da Emory University dos Estados Unidos, mostra que a diferença de desempenho dos estudantes cotistas e os demais é de 0,25 (em uma escala de zero a 100). O estudo foi feito com 3 mil cotistas e não-cotistas de todos os cursos de graduação, que entraram na UnB entre 2004 e 2005.

Nos anos que antecederam a sessão plenária que definiria a constitucionalidade das cotas em universidades públicas brasileiras alunos cotistas da UnB e representantes de manifesto pelas cotas raciais foram recebidos em audiência pelo ministro Gilmar Mendes, em maio de 2008.

O grupo pedia empenho para que a reserva de vagas para negros fosse aprovada no Supremo Tribunal Federal, o que só veio a acontecer anos mais tarde. ■

“um passo adiante” UnB

Citando Mahatma Gandhi, segundo o qual, quando você dá um passo adiante e obtém um avanço, está destinado a perturbar algo, a Procuradora Federal Indira Ernesto Silva Quaresma disse que é esse o caso das cotas raciais instituídas pioneiramente pela Universidade de Brasília (UnB) em instituições de ensino superior do país.

Em defesa das cotas, a Procuradora Federal, que representou no Plenário do STF a Universidade de Brasília (UnB), disse que 124 anos depois da Abolição da escravidão, o negro continua marginalizado no país, pois a ele se negaram terras, educação, acesso à riqueza. Portanto, como afirmou, a dita “democracia racial” que existiria no país ainda “é um mito”, pois todos os indicadores sociais mostram que ela não existe.

Por outro lado, segundo a procuradora, falar abertamente em racismo, no Brasil, provoca medo. Mas a UnB decidiu enfrentar essa situação, criando cotas raciais, após constatar, no início deste século, que apenas 2% dos professores e 1% de seus alu-

nos eram negros. E isso, segundo ela, confirma apenas uma situação existente no Brasil, de ausência de negros em postos de destaque.

De acordo com Indira, a discriminação contra o negro no país ainda persiste. “Só nós negros podemos sentir isso”, afirmou. “Os olhares brasileiros identificam o negro em qualquer ambiente. O problema é de marca, não de origem”. Por isso, contestando a posição defendida pela advogada do DEM, segundo a qual é impossível identificar quem é biologicamente negro no país, ela disse que “as ciências naturais não têm supremacia sobre as ciências sociais”.

A Procuradora Federal observou também que os negros, no Brasil se ressentem da existência de pessoas emblemáticas. “Têm destaque no futebol, na música e no narcotráfico”. Fora isso, são geralmente trabalhadores braçais, de baixo nível de instrução e, portanto, de baixa remuneração. “Mas o diploma fará a diferença de sua presença”, sustentou.

Ao contestar a acusação de que as cotas raciais seriam uma discriminação comparável à praticada

pelo nazismo contra os judeus, quando Hitler tirou os judeus das universidades e escolas para jogá-los em campos de concentração, ela disse que essa é uma afirmação desrespeitosa. “A UnB tirou a nós, negros, dos campos de concentração da exclusão, e nos coloca na Universidade”, pois o sistema de cotas é redistributivo”, afirmou.

Ela usou o quadro da mulher no Brasil como exemplo dos avanços que a posição do negro na sociedade pode conquistar com políticas afirmativas, entre as quais as cotas raciais em Universidades. Nesse sentido, disse que a mulher alcançou uma posição dentro da sociedade que era inimaginável ainda em 1960. Mesmo assim, esses avanços significativos são recentes, pois há apenas 12 anos a primeira mulher assumiu assento na Suprema Corte do País e há um ano e meio a primeira mulher assumiu a presidência do país. ■

Texto extraído do site do Supremo Tribunal Federal: <http://www.stf.jus.br>



COLÉGIO ZUMBI DOS PALMARES.

Preparando profissionais, formando cidadãos.

Criado com o apoio e parceria do Centro Paula Souza, do Senai-SP e do HCor – Hospital do Coração, o Colégio da Cidadania Zumbi dos Palmares oferece ensino técnico e gratuito de qualidade, inclusão profissional e desenvolvimento humano e social a jovens e adultos de baixa renda na cidade de São Paulo: mais integração, mais oportunidade, mais participação.

**Educação forjando liberdade.
E cidadania.**

Iniciativa:

Parceiros:



ZUMBI DOS PALMARES

COLÉGIO DA CIDADANIA ZUMBI DOS PALMARES

SÃO PAULO - SP



CENTRO PAULA SOUZA

**GOVERNO DE
SÃO PAULO**

SENAI

HCor

invisibilidade do negro na mídia, por quê?

Por *Regiane Romano*

Em uma redação jornalística o termo “pauta” é utilizado para definir temas que serão abordados naquela edição, seja de um veículo televisivo, impresso, do rádio ou da web. A cada edição os repórteres e seus editores se reúnem para definir as pautas do dia. Toda essa explicação é na verdade uma tentativa de entender a partir dos conceitos do jornalismo o porquê do tema negro não ter o merecido destaque na mídia brasileira.

Além das páginas policiais pouco se fala sobre estes que são maioria da população brasileira, de acordo com o Mapa da População Preta & Parda no Brasil, segundo os Indicadores do Censo de 2010.

Mesmo num momento que marca a história do povo brasileiro, como a definição quanto à Constituciona-

lidade das cotas raciais nas Universidades públicas brasileiras, houve segmentos da mídia pretendendo reduzir o alcance da decisão do Supremo.

Mesmo os veículos que se dispuseram a cobrir o assunto não se estenderam sobre o tema. Isso é lastimável levando-se em conta que a mídia tem o poder de transformar pequenos assuntos em matérias de repercussão nacional e internacional.

Com o mínimo de “boa vontade” familiares e envolvidos no tema são entrevistados, pesquisas com a população são realizadas nas ruas,

coberturas completas e muitas vezes minuto a minuto são realizadas, debates e discussões são promovidos e tudo mais que a criatividade possibilitar.

Mas neste caso não. Comunicaram quanto a decisão, pois caso contrário seria negligência, mas sem alongar-se, sem aprofundar-se.

O negro não assiste televisão, lê jornal, ouve notícias no rádio ou acessa a internet para este tipo de informação? Incomoda aos não negros coberturas mais profundas sobre este assunto?



Foto: Jan Wisbey - SXC

O questionamento é profundo e por mais que se tente, não há explicação plausível. Aqueles que anseiam por saciar seu desejo por informação “deste tipo” têm que se apoiar nos veículos “alternativos”. Não considerados de “ponta”, mas que cumprem com dignidade os preceitos de uma profissão que tem por missão ser imparcial.

A esperança é que a exemplo de outras produções midiáticas como as novelas e o cinema, o negro tenha mais visibilidade, que se não é adequada ou ideal, já foi ainda pior.

Mas sem hipocrisias. Não vale falar da ascensão do negro apenas nos dias 13 de maio e 20 de novembro, dias da Abolição da Escravatura e da Consciência Negra, respectivamente. Nem como já foi dito, das abordagens das páginas policiais.

O mercado publicitário já percebeu e tem se utilizado como ninguém do aprendizado de que “SIM” os negros consomem e muito, basta ver a quantidade de produtos étnicos. Além disso, a luta por esta decisão do Supremo Tribunal Federal justifica que “SIM” os negros têm sede de educação e informação.

O jornalista Heraldo Pereira, em discurso no lançamento da segunda edição do Prêmio Nacional Jornalista Abdias Nascimento, da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira-Rio), enfatizou que o jornalismo brasileiro deve criar oportunidades com foco na cidadania, para noticiar as desigualdades raciais e o racismo.

“Devemos criar possibilidades [jornalísticas]. Isso não é ativismo político, é defesa dos direitos huma-

nos, da cidadania. Dirão que queremos dividir a sociedade, mas, quando mostrarmos números [estatísticas da desigualdade], não tem quem não ficará constrangido”, completou o jornalista negro.

Heraldo revelou ainda que defender reportagens sobre as diferenças raciais nas empresas é tão

“complicado” quanto discutir a questão na sociedade. “Acho que, muitas vezes, os negros são suprimidos do noticiário, de modo geral. As pessoas acham que o Brasil é um país branco, inclusive nas redações [centrais de reportagem das empresas de jornalismo].” ■

Foto: SR Fotos



Heraldo Pereira.

um importante passo rumo ao futuro

**Por Rosenildo Gomes Ferreira*

Entre as décadas de 1950 e 1980, uma expressão se tornou lugar-comum na imprensa, nos discursos oficiais e até mesmo nas rodinhas de conversas: “O Brasil é o país do futuro!”. A frase, carregada com um tom aspiracional, se referia, obviamente, a um momento no qual o país exibiria indicadores de riqueza e de bem-estar semelhantes aos das nações desenvolvidas. Só que a nação do futuro, construída no ideário da elite político-econômico-intelectual seria um país incompleto. Isso porque, àquela altura nenhuma política de Estado previa a criação de mecanismos de reparação para os prejuízos sofridos pela comunidade negra, durante e após o tenebroso período da escravidão. Boa parte das perdas foi imposta pela letra legal, como a lei que impedia que os ex-escravos fossem proprietários de terras. Enquanto isso, alguns dos imigrantes vindos da Itália, da Finlândia, da Alemanha e de outros países da Europa

eram agraciados com vastas extensões de terras. Outros acabaram simplesmente se assenhorando das chamadas “terras devolutas” onde começaram a construir a riqueza de suas famílias. Com muito suor, é bom que se diga, mas com o beneplácito do Estado e numa condição jamais concedida à comunidade negra.

Felizmente, a sociedade brasileira vem evoluindo. É claro que em um ritmo insuficiente para garantir a equidade de direitos à comunidade negra. Sempre que cito algum fato histórico ou estatístico trágico referente às desvantagens criadas pelo *status quo* para a comunidade negra, muitas vezes recebo de volta um olhar de desconfiança, inclusive quando o interlocutor é afrodescendente. Como entender que existe racismo em um país constituído de pessoas cordiais e no qual a miscigenação sempre foi a regra? O problema é que a realidade teima em contradizer quem se recusa a enxergar o

óbvio: a comunidade negra continua à margem do desenvolvimento da sociedade brasileira. E a realidade e os números, produzidos pelo próprio governo, estão aí para mostrar essa dura realidade!

O Censo 2010, realizado pelo IBGE, fornece algumas pistas de como anda a questão racial no Brasil. Somando os autodeclarados negros e pardos, nós representamos 50,7% da população brasileira. Apesar disso, somos invisíveis nos espaços de poder, como o Congresso Nacional e os Tribunais Superiores, onde meia dúzia de integrantes serve de exceção para confirmar a regra. Também ainda estamos longe dos bancos escolares, principalmente no nível superior que garante o acesso aos melhores postos de trabalho do País. Finda a primeira década do século XXI, apenas 13% dos negros e pardos, com idade entre 15 e 24 anos, estavam na universidade. Entre os brancos, essa



Rosenildo Gomes Ferreira

taxa era mais que o dobro: 31,1%. Ou seja, decorridos 16 anos do lançamento do Plano Real, que reorganizou a economia brasileira, acabou com a hiperinflação e inaugurou um longo período de bonança, a comunidade negra continua à margem de todos os benefícios.

Neste contexto, ousar dizer que a nova libertação da comunidade afro-brasileira e também sua arrancada para o desenvolvimento começou somente em 26 de abril de 2012, com a aprovação, por unanimidade, do reconhecimento da constitucionalidade da lei que criou as cotas nas universidades públicas federais. As cotas, ao contrário do que pensam, inclusive alguns dos beneficiados, não se constituem em um favor e nem servem para transformar a comunidade negra em “um bando de

coitadinhos”. Ao lado da titulação definitiva das terras ocupadas por quilombolas, a política de cotas serve como uma TÍ-MI-DA reparação de tudo que nos foi roubado pelo Estado Brasileiro, em especial nossa força de trabalho, usada para enriquecer o Estado e diversos integrantes de sua elite econômica e política. As cotas, é óbvio, não são um fim em si mesmo, muito menos uma panacéia. Servem apenas para equalizar a situação da comunidade negra apenas na questão do acesso à educação e, consequentemente, ao mercado de trabalho. Hoje, na corrida pelos melhores postos no setor público e privado e nas universidades públicas – pagas com o imposto de todos, mas reservadas aos filhos da elite –, estamos na situação daquele corredor que tem de dispu-

tar uma prova de 400 metros com barreiras, tendo às costas um saco com 100 quilos de batatas. Quase impossível ganhar.

Ou seja, as cotas ajudam a nos colocar no jogo. Contudo, isso ainda é pouco. Muito pouco, mesmo. Para fazermos parte desse propalado país do futuro, a comunidade negra precisa se unir e exigir TODOS os seus direitos, inclusive o de representação nos meios de comunicação. Quem liga a tevê ou vai ao cinema dá de cara com um país semelhante à Suécia. Nem na África do Sul dos duros tempos, do *Apartheid*, os negros eram tão invisíveis. A constitucionalidade das cotas é um marco importante. Contudo, a luta, de verdade, começa agora. Venha fazer parte dela! ■

**Editor de Negócios e colunista de Sustentabilidade da revista IstoÉ Dinheiro.*



Representantes da Morgan University e da Zumbi.

Zumbi

Por Daniela Gomes

e universidades irmãs

No ano de 1837, quase trinta anos antes da abolição da escravidão naquele país, os Estados Unidos da América, considerado como a terra dos bravos e das oportunidades para todos, ainda mantinha milhares e milhares de negros cativos nas plantações de algodão e milho por todo o país.

Subjugados pelo sistema de escravidão, os afro-americanos começam a ver nessa data os primeiros vestígios da criação de algo novo e que em pouco tempo culminaria em um dos maiores exemplos de liberdade obtida através da educação.

Naquele ano foi criado no estado da Pensilvânia a primeira entidade

de voltada para educação da população negra naquele país. A criação do *The Institute for Colored Youth* (Instituto para jovens de cor) marca o início de uma transformação na história das oportunidades para homens e mulheres negros nos Estados Unidos.

O instituto, que alguns anos depois foi rebatizado como *Cheyney State University*, se consagra na história como a primeira HBCU (*Historically Black Colleges and Universities*), sigla que denomina as faculdades e universidades historicamente negras naquele país, cuja principal missão é integrar os jovens afro-americanos no ensino superior.

A iniciativa da criação da escola

partiu de Richard Humphreys, um religioso que doou um décimo de sua propriedade para a criação da escola. A atitude filantrópica ilustra uma das maiores características das HBCU naquele período, a fundação por benfeitores brancos que viam na educação básica uma forma de mudança para essa parcela da população.

Inspiradas pela fundação do Instituto surgem no mesmo período outras duas instituições pioneiras e com as mesmas características o *Ashmun Institute*, hoje conhecido como Lincoln University of Pennsylvania, em 1854 e Wilberforce University in Ohio em 1856.

Com a atuação limitada pela es-

cravidão ainda existente, essas instituições educacionais não recebiam nessa época nenhuma ajuda governamental e funcionavam como instituições privadas e sem fins lucrativos, sendo que a maioria era mantida por igrejas de diferentes denominações e tinham como base o ensino religioso.

Sem recursos financeiros para a construção de sedes apropriadas, as primeiras instituições tinham suas aulas ministradas em qualquer lugar que pudesse ser adaptado para se tornar uma sala de aula como porões de casas e igrejas e *containers* para armazenamento de produtos.

As primeiras verbas governamentais para as HBCUs surgem com a criação dos *National Land-Grant Colleges Act* ou Atos de posse de terras. O primeiro criado em 1862, ficou conhecido como Primeiro Ato Morrill e determinava a concessão de terras e verba federal para que os estados criassem faculdades. Já o segundo, que funcionou de maneira mais efetiva, exigia que os estados que mantinham um sistema educacional segregado, doassem terras também para as universidades negras e disponibilizassem o mesmo valor em ver-

bas para os dois tipos de entidades de ensino.

A doação de terras federais e a abolição da escravidão em 1863, impulsionaram a criação das universidades negras nos Estados Unidos e o sistema passou a contar com mais de 100 instituições, que eram responsáveis pela educação de mais de quatro mil jovens negros, em um período de menos de 20 anos após o fim da guerra de secessão.

Com a chegada do século 20, as HBCU atingem um crescimento fenomenal chegando a aproximadamente 30 mil alunos. Contudo as políticas segregacionistas da Lei *Jim Crow* fazem com que essas instituições sejam tratadas com desigualdade na hora do repasse de verbas educacionais.

Na década de 1940 as disparidades na concessão de verbas chegam ao conhecimento da Suprema Corte que passa a exigir uma equidade no repasse de verbas evitando assim a migração de estudantes negros para as universidades brancas.

Com o fim da segregação e a luta do movimento pelos Direitos Civis, dezenas de medidas são adotadas para garantir o acesso dos jovens

negros nas universidades brancas, o que causa uma queda na procura dos jovens negros pelas HBCUs.

Contudo, a busca por identidade e por um melhor convívio entre os colegas faz com que muitos jovens voltem às faculdades negras, enxergando nessas um espaço para socialização e formação ideológica.

Dentre as instituições historicamente negras que alcançaram o novo milênio com sucesso está a Morgan State University, localizada na cidade de Baltimore, no estado de Maryland.

Fundada em 1867, como o *Centenary Biblical Institute* (Instituto Bíblico Centenário), da *Baltimore Conference of the Methodist Episcopal Church* (Conferência da Igreja Metodista Episcopal em Baltimore), a faculdade recebe hoje mais de 6 mil alunos entre cursos de graduação e doutorado.

De acordo com a Vice-Presidente para Avanço Institucional da Morgan State University, Cheryl Hitchcock, as HBCUs são responsáveis por mudanças em diferentes segmentos que envolvem a população negra americana e caso elas não existissem muitos dos avanços sociais e tecno-



Coral Morgan e Zumbi juntos.



Foto: Arquivo de Francisco Luércio

Palestra do então presidente da Frente Negra, Justiniano Costa. Além da bandeira do Brasil a mesa também está coberta com a bandeira da Frente Negra.

lógicos existentes hoje nos Estados Unidos não teriam sido possíveis.

“Sem as HBCU's muitos dos exemplos negros que enriqueceram a história dos Estados Unidos não existiriam e a nação deixaria de vivenciar inúmeros avanços”, afirma.

Além disso, a vice-presidente afirma ainda que muito do potencial intelectual negro no país, além de líderes de diferentes áreas como a indústria, o entretenimento e a política passaram pelas cadeiras das faculdades negras, o que influenciou diretamente na formação de uma elite negra nos Estados Unidos.

“As faculdades negras continuam a mudar a história negra americana principalmente por ser responsável pela formação e pelo destaque de diversas mentes brilhantes que estão espalhadas pelo país”, declara Cheryl.

Dentre as personalidades afro-americanas que fizeram parte da história de sucesso das HBCUs estão nomes como WEB Dubois, Martin Luther King e a apresentadora Oprah Winfrey.

Em outro ponto do atlântico...

Enquanto isso no Brasil, no período que antecede a abolição a educação da população negra depende da boa vontade dos professores para ensinar, já que os mesmos não eram admitidos na escola, somente em 1878 o governo concede a permissão para que a população negra passe a ingressar em cursos noturnos, criando, contudo diversas barreiras para que esse acesso se concretizasse.

Somente em 1934, com a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário é que a população negra passa a ter o acesso a educação facilitada. Ainda assim, com as barreiras criadas pelo passado de escravidão, abolição tardia e sem concessão de direitos, a grande maioria da população negra se mantém afastada dos bancos escolares, devido a fatores que mantêm a segregação de fato, ainda que não de direito, como por exemplo, o ingresso precipitado no mercado de trabalho.

Embora a história da resistência negra no Brasil, conte com personalidades como Machado de Assis, sím-

bolo da literatura nacional, André e Antônio Rebouças, engenheiros responsáveis por grande parte da modernização hidráulica e elétrica do Brasil do século 19, Luiz Gama, advogado, responsável pela defesa da liberdade de diversos escravos e Teodoro Sampaio, engenheiro, geógrafo e escritor, entre outros que representam uma elite intelectual negra e também com esforços de instituições como a Frente Negra Brasileira, que foi responsável pela escolarização de negros e negras na década de 1930, a realidade da população negra brasileira na educação superior ainda é de exclusão total até o final do século 20.

Nos primeiros anos do século 21, o censo revelava que apenas 2,8 % dos jovens negros possuíam ensino superior o que incentivou a criação de políticas de inclusão, como as ações afirmativas adotadas por algumas universidades públicas e programas de bolsas de estudos e incentivo fiscal para universidades privadas.

12 anos após a chegada do novo

milênio, a realidade brasileira ainda é de exclusão ao se tratar do acesso de jovens negros no ensino superior. Em junho de 2012, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) revela os resultados do Censo 2010, que apesar de apresentarem um crescimento na porcentagem de jovens negros no Ensino Superior, que hoje representam mais de 20% dos universitários do país, ainda aponta uma disparidade com relação aos jovens brancos que frequentam a universidade.

Em meio a esse histórico de *apartheid* educacional, algumas vitórias foram conquistadas e se destacam como a declaração de constitucionalidade do sistema de cotas pelo Supremo Tribunal Federal em abril de 2012.

Além disso, outro fator de extrema importância para inclusão do jovem negro, foi a criação em 2003 da

Faculdade Zumbi dos Palmares, que inspirada pelas HBCUs norte-americanas se tornou a primeira faculdade negra brasileira e que marcou a história nacional quando em 2007 realizou sua primeira formatura, onde, pela primeira vez na história do Brasil, mais de 100 jovens negros se graduaram no ensino superior ao mesmo tempo.

E os caminhos se cruzam...

Embora grande parte da identidade negra brasileira tenha sido inspirada no movimento negro norte-americano, a criação da Faculdade Zumbi dos Palmares é o primeiro sinal de aproximação entre os negros brasileiros e as faculdades historicamente negras norte-americanas.

A história de formação da faculdade conta com visitas as HBCUs, durante a formação do projeto inici-

al, para conhecer a realidade das faculdades afro-americanas e adaptá-las ao Brasil.

Ao longo da história da Zumbi, a amizade e o relacionamento com as faculdades historicamente negras cresceu gerando novas parcerias e projetos. Instituições como *Morehouse College*, *Clark Atlanta University*, *Spelman College*, *Xavier University*, *Florida Agricultural and Mechanical University*, *Howard University*, entre outras vieram conhecer a faculdade que é pioneira no Brasil.

Além disso, a recente criação do acordo *HBCU-Brazil Alliance*, criado em parceria entre o governo dos Estados Unidos e do Brasil permitiu que a faculdade criasse novas parcerias com as faculdades negras norte-americanas que irão propiciar em um futuro próximo, oportunidades de intercâmbio educacional nos Estados



Formatura da primeira turma da Zumbi.



Representantes da Dillard University e da Zumbi.

Unidos para os jovens negros, que estudam na Zumbi.

Dentre as instituições que já firmaram acordos de cooperação com a Zumbi estão a Dillard University em New Orleans, a Southern University and A&M College de Baton Rouge, ambas localizadas no estado da Louisiana e a Morgan State University, localizada em Baltimore, no estado de Maryland.

Para Cheryl Hitchcock, a parceria entre a Zumbi e a Morgan University pode ajudar a aprender como trazer empoderamento para a comunidade negra nos dois países através do conhecimento e da pesquisa e da inclusão do intercâmbio no currículo escolar. “Se trabalharmos juntos nós iremos perceber que enfrentamos dificuldades semelhantes e que somos mais parecidos do que pensamos além de podermos nos unir para fazer do mundo um lugar melhor”, afirma.

Com um percentual de alunos negros de quase 90%, a vice-presidente afirma ainda que a Morgan, assim

como as demais faculdades historicamente negras, conseguem oferecer aos alunos um ambiente livre de discriminação, tanto para os alunos negros, quanto para outros que fazem parte de outras etnias e minorias.

“As HBCUs se orgulham de que os seus estudantes vivam e aprendam em um ambiente que está longe da discriminação, exclusão e isolamento social baseado em raça, etnia ou

gênero, um problema que ainda persiste em campus tradicionalmente brancos nos Estados Unidos”.

A experiência que poderá ser vivenciada pelos alunos da Zumbi em um futuro próximo, foi experimentada pelo jovem Daniel Nascimento.

Membro da ONG Steve Biko, em Salvador, Daniel e outros dois amigos receberam uma bolsa de estudos da Morehouse College e passaram seis



// As HBCUs seguem o exemplo dos líderes negros americanos para multiplicar o sucesso da comunidade negra e isso é importante, pois nós precisamos conscientizar a comunidade através de projetos sociais e de uma boa educação. //

Daniel Nascimento, brasileiro, membro da ONG Steve Biko, bolsista em universidade americana.

anos estudando na faculdade americana que fica localizada na cidade de Atlanta, no estado da Geórgia.

Hoje, com seu diploma em matemática, Daniel retorna ao Brasil e se prepara para transmitir a outros jovens negros a rica experiência que teve oportunidade de vivenciar.

Segundo Daniel, um dos diferenciais em se estudar em uma faculdade historicamente negra é o fato de estas serem instituições negras oferecendo educação de qualidade para a comunidade negra.

“As HBCUs seguem o exemplo dos líderes negros americanos para multiplicar o sucesso da comunidade negra e isso é importante, pois nós precisamos conscientizar a comunidade através de projetos sociais e de uma boa educação”, afirma.

O jovem destaca ainda que além do próprio currículo de qualidade oferecido pela universidade, outro

fator de extrema importância para sua formação foi a diversidade presente no campus. “No campus da universidade foi possível observar uma diversidade de estudantes de diferentes partes do mundo, aprendendo culturas e valores”, declara.

Daniel afirma ainda que programas de intercâmbio e cooperação educacional em âmbito internacional, como os que foram assinados pela Zumbi, são importantes, pois os jovens negros brasileiros precisam de uma experiência no exterior.

“Eles precisam assistir palestras com ativistas e intelectuais negros e no exterior a comunidade negra está unida lutando por um mundo sem

preconceito e discriminação racial”.

O jovem volta ao Brasil com o compromisso de devolver à sua comunidade o conhecimento obtido durante o período em que ficou no exterior e acredita que a ação de organizações não governamentais e projetos sociais como a Zumbi e a própria Steve Biko, além da promoção de ações afirmativas e projetos educacionais para a comunidade negra são as únicas maneiras de realizar no Brasil, ao parecido com o que ocorreu nos Estados Unidos, garantindo assim uma total liberdade e um futuro melhor para a população negra brasileira. ■



Dra. Natalie Madeira Cofield, Texas University.

"historicamente negras".

mais de cem anos na luta pela qualificação dos afro-americanos

*Por Carlos Alberto Medeiros

As instituições de ensino superior ditas "historicamente negras" constituem um subproduto importante do sistema de segregação racial que se implantou nos Estados Unidos, particularmente no Sul, a partir da segunda metade da década de 1860, com a vitória do Norte na Guerra de Secessão e a consequente abolição do trabalho servil. Isso provocou um ressentimento profundo entre os brancos pobres da região, que acumulavam aos prejuízos materiais sofridos com o conflito o vilipêndio simbólico de se verem degradados à base da pirâmide, ao lado de pessoas que se haviam acostumado a encarar como inferiores. Esse ressentimento seria muito bem explorado pelas elites locais como forma de evitar que trabalhadores brancos e negros se unissem, o que os

fortaleceria conjuntamente nas mesas de negociações. Os ex-escravos viram-se então como membros de um exército de reserva de mão-de-obra cuja própria existência servia para que se mantivessem baixos os salários de todos.

Tem início então um processo de radicalização das relações raciais nos Estados Unidos, principalmente, mas não apenas, nos Estados do Sul, com a criação de milícias terroristas como a *Ku Klux Klan* e o recrudescimento de uma legislação racista e segregacionista cujo marco é a decisão, em 1878, do caso *Plessey x Ferguson*. A Suprema Corte adota então a doutrina do "separados, mas iguais" – que na prática significou separados e profundamente desiguais, já que a segunda parte da formulação nunca foi implementada

nem pelos Estados do Sul nem pela Federação. É como se os negros tivessem sido oferecidos em holocausto à unidade dos brancos, tal como ocorreria, algumas décadas mais tarde, na África do Sul após a Guerra dos Bôeres, em que os ingleses se viram obrigados a fazer concessões de mesma índole aos membros da minoria de ascendência holandesa.

Segregação e proximidade

As primeiras iniciativas de instituir estabelecimentos de ensino superior voltados para a população afro-americana partiram dos próprios negros, com o apoio de organizações como a Associação Missionária Americana e o Freedmen's Bureau, ou Departamento dos Libertos, órgão federal encarregado

de promover a inserção dos antigos escravos na sociedade. Muitas igrejas afro-americanas mantinham suas próprias escolas de nível elementar e médio, e o número crescente de formandos por essas instituições acabou gerando um grau de pressão suficiente para que as próprias igrejas, assim como a AMA e o Bureau, criassem suas faculdades, consideradas a espinha dorsal das instituições historicamente negras.

Enquanto isso, já no início da década de 1860, o Governo norte-americano começou a tomar iniciativas para alavancar a educação superior no país, dadas as necessidades determinadas pela própria economia, sobretudo nas áreas de agricultura, engenharia e ciências aplicadas. A forma que isso tomou foi a concessão aos Estados de terras federais onde se estabeleceriam faculdades e universidades públicas. Mas foi preciso que se passassem quase 30 anos para que o Governo reconhecesse as dificuldades que os negros enfrentavam no acesso a essas instituições. Finalmente, em 1890 o *Morril Land-Grant Act* estabelecia que os Estados que recebessem fundos federais com essa destinação deveriam criar instituições abertas tanto para brancos quanto para negros ou então reservar verbas para a criação e manutenção de instituições segregadas, exclusivamente negras. Mais de uma centena delas funciona até hoje nos Estados Unidos, algumas com reconhecido nível de excelência, responsáveis pela formação de uma elite acadêmica, empresarial, burocrática e militar.

Nas últimas décadas, a sociedade norte-americana tem passado por mudanças significativas na área das

relações raciais. O marco histórico desse processo, no campo jurídico, foi a famosa decisão do caso *Brown x Board of Education*, de 1954, que considerou inconstitucional a segregação racial nas escolas públicas. Vieram então os turbulentos anos 60, e com eles o *Civil Rights Act*, de 1964, e o *Civil Rights Law*, de 1968 – respectivamente, Lei e Estatuto dos Direitos Civis –, culminando com as primeiras medidas de ação afirmativa, datadas do início da década de 1970. Os negros americanos ganharam um status mais favorável, ao menos no seu conjunto, e conquistaram posições de prestígio e poder, tanto na área pública quanto no setor privado – embora, nesse processo, um percentual significativo, em torno de 30 por cento, tenha ficado de fora devido a uma pluralidade de fatores que incluem o ingresso das mulheres brancas no mercado de trabalho, a transformação da economia americana numa economia de serviços e a própria globalização, responsável por tirar os empregos dos grandes centros e levá-los para o Sul do país, para o vizinho México ou para lugares distantes, como a Tailândia ou a Malásia.

Desde o início da década de 1980, com a ascensão política da direita americana – e a nomeação, por Regan e pelos Bush, de juízes conservadores para a Suprema Corte –, a ação afirmativa tem sido objeto de progressivas restrições nos Estados Unidos. Simultaneamente, o racismo americano se sofisticou, torna-se mais sutil, e, portanto, mais semelhante à modalidade predominante no Brasil – entre outras consequências, obrigando as instituições “historicamente negras” a buscarem novos espaços de atuação. É o que alguns estudiosos chamam de

“brasilianização” da sociedade americana, à qual corresponderia uma “americanização” das relações de raça no Brasil, expressa no reconhecimento, pelo Estado, do racismo como problema social importante e a adoção de medidas não apenas para coibi-lo, mas para compensar os que se encontram na extremidade receptora desse processo, como é o caso das políticas de ação afirmativa. Assim, Brasil e Estados Unidos estariam hoje mais próximos do que nunca no que respeita à problemática racial, o que torna mais relevantes iniciativas de aproximação como o protocolo de intenções recém-assinado entre a Faculdade Zumbi dos Palmares e a *Southern University*, instituição historicamente negra fundada exatamente em 1890 no Estado sulista da Louisiana. Uma cooperação com enorme potencial de produzir benefícios mútuos numa época caracterizada pelas facilidades de comunicação e de transporte que constituem o núcleo duro da chamada “globalização”. ■



* Carlos Alberto Medeiros - “Autor de *Na lei e na raça: legislação e relações raciais, Brasil – Estados Unidos*”.

reverência

ao trabalho de

Inclusão

Autoridades e personalidades foram reverenciadas pela conduta em busca de uma sociedade plural

O Memorial da América Latina, em São Paulo, foi a escolha da edição de 2012 para a entrega da Comenda do Mérito Cívico Afrobrasileiro, na noite do dia 28 de maio. Jornalistas, agentes sociais, empresários e autoridades envolvidas na promoção de uma sociedade plural uniram-se para prestigiar a cerimônia que acontece anualmente em reflexão ao 13 de maio, Dia Nacional da Abolição da Escravatura.

No ano que os negros brasileiros obtiveram a conquista das cotas em Universidades públicas tornarem-se constitucionais, o grande homenageado da noite foi o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Ayres Britto, que assistiu junto aos demais um vídeo com imagens dos alunos da Zumbi que viajaram à Brasília para assistir “*in loco*” a decisão da Corte brasileira.

Observa-se que não apenas o

ministro Ayres Britto, mas também outros membros do STF que votaram em unanimidade em favor das cotas já foram personalidades que abrilhantaram eventos da Afrobras (Sociedade Afrobrasileira de Desenvolvimento Sócio-Cultural) e da Faculdade Zumbi dos Palmares. Seja no Troféu Raça Negra ou em edições anteriores da Medalha. A importância desta aproximação se traduz em contribuir para que as necessidades da comunidade negra fossem de fato entendidas a partir de discussões e reflexões que são promovidas nestes eventos, onde consagram-se as conquistas, mas também destacam-se pontos culminantes onde políticas públicas e iniciativas da sociedade têm de atuar.

A abertura do evento com o Coral Zumbi dos Palmares já é uma tradição. Os integrantes sob a batuta do maestro Nilton Silva encantaram aos presentes com a apresentação única







do Hino Nacional. O evento contou com a presença do governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, do governador da capital de Angola, Luanda; com o ministro do STF Benedito Gonçalves; o presidente da Fundação Cultural Palmares, Elói Ferreira, o músico Simoninha; o jornalista da IstoÉ Dinheiro, Rosenildo Ferreira; a secretária de Justiça do Estado de São Paulo, Eloísa de Sousa Arruda, Diniz Yamamuro, Gerente Sênior de RH da Mercedes Benz; Luiza Bairros, Ministra da Seppir, Ivan Sartori, Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo; Claudio Lembo, Secretário Municipal de Negócios Jurídicos de São Paulo, entre outros.

A mestre de cerimônia, a jornalista Dulcinéia Novaes deu ritmo ao evento, que contou ainda com a apresentação de poemas de Castro Alves e “Deus Poeta” de autoria de Ayres Britto, além de uma homenagem ao banco Bradesco, através do diretor executivo, André Rodrigues Cano, pela parceria de longa data no Programa Especial de Estágios.





O presidente da Afrobras e reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares, José Vicente, iniciou os trabalhos com a presença de empresários de diversas instituições dos mais diferentes ramos que compareceram para ratificar o apoio a iniciativas como a medalha.

O setor público também marcou presença reforçando a credibilidade de projetos que têm cada vez mais contribuído para que a comunidade negra tenha acesso em pé de igualdade a uma sociedade de fato para todos.

Em ambiente agradável e descontraído os presentes desfrutaram de um jantar onde foi consagrado o sucesso da cerimônia com a alegria das batalhas já conquistadas e a promessa de ainda mais empenho na luta por um Brasil mais justo. ■

Os reverenciados com a Comenda do Mérito Cívico Afrobrasileiro em 2012 são:

Luislinda Valóis Santos – Desembargadora do Tribunal de Justiça da Bahia

José Pólíce Neto – Presidente da Câmara de Vereadores de São Paulo

Diniz Yamamuro – Mercedes-Benz

Luiz Flávio Borges D'Urso – Presidente da OAB/SP

Luiza Bairros – Ministra da Seppir

Ivan Sartori – Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo

Claudio Lembo – Secretário Municipal de Negócios Jurídicos de São Paulo

Nelson Cosme – Embaixador de Angola

Geraldo Alckmin – Governador de São Paulo

Ayres Britto – Presidente do Supremo Tribunal Federal

Foto: Zoran Ozaksky - sxc.hu

“O José Vicente é um homem que sonha, o que é muito

importante, mas mais do que isso, ele faz o sonho se tornar realidade. Eu acompanhei a criação da Afrobras e o nascimento da Faculdade Zumbi dos Palmares. É com grande alegria que participo e agradeço esta medalha. É muito bom ver a Faculdade Zumbi dos Palmares, com 1700 alunos, seis turmas formadas, os trainees nas melhores empresas brasileiras, além do Colégio Técnico, onde temos uma parceria com o Centro Paula Souza, formando técnicos.

”

Geraldo Alckmin
Governador de São Paulo





“Quero agradecer ao José Vicente fundador e presidente da Afrobras. A decisão tomada pelo Supremo a favor das cotas, foi um momento histórico de afirmação desta Constituição brasileira que nos torna juridicamente de primeiro mundo. O Supremo Tribunal Federal se manteve fiel à Constituição mantendo a igualdade racial, consagrando a proteção e a promoção racial. Com o STF eu divido a suprema glória desta comenda que acabo de receber.”

Ayres Britto
Presidente do Supremo
Tribunal Federal

“ Fico muito honrada por receber esta medalha. ”

Luislinda Valóis Santos
Desembargadora do Tribunal de
Justiça da Bahia



“E m nome da
Câmara dos
Vereadores de
São Paulo
agradeço por esta
premiação.”

José Pólce Neto
Presidente da Câmara de
Vereadores de São Paulo

“Nós começamos a parceria com a Zumbi em 2010. Começamos pequenos, mas temos crescido pouco a pouco. Temos um programa de desenvolvimento especial de trainees para a turma da Zumbi. É uma experiência que tem valido muito a pena.”

Diniz Yamamuro
Mercedes-Benz





“Esta homenagem que recebo, o faço em nome da Ordem dos Advogados do Brasil. Em nome dos 350 mil advogados que tenho a honra de representar no Estado de São Paulo. Em nome desta cidadania que cada vez mais precisa de iniciativas como a Zumbi dos Palmares, para que tenhamos de uma vez por todas virado a página da discriminação, da intolerância e do preconceito do nosso país.”

Luiz Flávio Borges D'Urso
Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil/SP

“ Agradeço muito por este reconhecimento e espero que os projetos e parcerias entre a Seppir e a Afrobras perdurem. ”

Luiza Bairos
Ministra da Secretaria de
Políticas de Promoção da
Igualdade Racial





“Eu quero agradecer imensamente por essa homenagem que me deixa bastante comovido, afinal de contas nós temos um débito muito grande com a comunidade afrobrasileira e lamentamos profundamente tudo que esse povo passou no passado. Por isso estar aqui, receber esta medalha para mim é uma das maiores honras que eu tive na minha vida. Hoje é um dia que com certeza ficará marcado indelevelmente na minha existência.”

Ivan Sartori
Presidente do Tribunal de
Justiça de São Paulo

“E ra preciso que a decisão do STF sobre as cotas acontecesse e o Brasil chegou muito tarde nesta questão de ações afirmativas. E a Zumbi é um exemplo notável de como é possível fazer sem estardalhaço, sempre com respeitabilidade às etnias e a integração social. Eu fico muito feliz com a Zumbi e com tudo que vem acontecendo em São Paulo ultimamente.”

Claudio Lembo
Secretário Municipal de
Negócios Jurídicos de São Paulo





“Somos um país que sempre combateu toda forma de segregação, que o traduzimos também na forma política e diplomática. E esta é a razão de nossa presença aqui. Agradecemos por esta condecoração.”

Nelson Cosme
Embaixador de Angola

isis
Fashion Hair

Cabelo
Maquiagem
Dia da Noiva
Estética Corporal
Estética Facial

Profissionais especializados
em cabelos e maquiagem étnica.



Av. Luíz Dumont Villares, 400
Mercure Nortel
Tel. 11 2972.8111 Ramal. 8164

Rua dos Camarés, 125
Santana
Tel. 11 2909.4210 / 2218.1031

www.isisfashionhair.com.br

OS negros no Brasil 2022

Após a conquista no Supremo Tribunal Federal (STF), quanto as cotas para negros em Universidades públicas brasileiras, olhar para o futuro e para as novas lutas que precisam ser empenhadas é uma dinâmica natural.

Um dos projetos que a partir de então entra em negociação é fomentar a discussão do recorte para os negros no Plano Brasil 2022. Projeto do governo Federal, o Plano Brasil 2022 é um apanhado de metas para o ano de 2022, quando o Brasil comemora o bicentenário de sua independência. O projeto foi idealizado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, encomendado ao ministro de Assuntos Estratégicos, Samuel Pinheiro Guimarães, quando este assumiu o cargo, em outubro de 2009.

A Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), representantes de todos os Ministérios, da Casa Civil e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) uniram-se para formatar ações nos setores de Economia, Sociedade, Infraestrutura e Estado. Após discussões e alterações foram definidas as Metas do Centenário em quatro capítulos: O Mun-

do em 2022; América do Sul em 2022; O Brasil em 2022 e As Metas do Centenário.

Dentro do programa de metas são listados grandes problemas e tendências. A aceleração da transformação tecnológica, o agravamento da situação ambiental-energética, as desigualdades sociais e a pobreza, as migrações, o racismo, a globalização da economia mundial, a concentração do poder no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) entre outros são pontos observados.

A Faculdade Zumbi dos Palmares, o Observatório da População Negra e a Afrobras (Sociedade Afrobrasileira de Desenvolvimento Sócio-Cultural) vão colaborar com o movimento “Brasil 2022”. A Zumbi preten-

www.sae.gov.br/brasil2022/



de implementar um empreendimento de cooperação acadêmica em todas as áreas do conhecimento disponíveis nas Universidades e instituições educacionais, a fim de viabilizar produção de conhecimento, extensão e difusão de informações entre pesquisadores, educadores e gestores públicos e privados no que concerne à políticas de promoção da igualdade racial, orientadas especialmente para a elevação dos anos de estudo da população negra, eliminação das diferenças salariais, redução

das taxas de mortalidade, emissão de títulos de propriedade de comunidades quilombolas e redução das taxas de violência.

O caráter estratégico da política de igualdade racial para o desenvolvimento sustentável do país é reconhecido na publicação “Brasil 2022: Trabalhos Preparatórios”. Com isso o projeto “Negros 2022 – Como Fazer” é o desafio da comissão formada por afrodescendentes para contribuir com um novo Brasil.

“Essa iniciativa tem, como prin-

cipal escopo, viabilizar um esforço de reflexão e a formulação de propostas de políticas de promoção da igualdade racial, estabelecendo e alimentando conexões entre a perspectiva acadêmica, a ação governamental e atuação da sociedade civil, com destaque para as corporações. Já fizemos convênios com as universidades negras dos Estados Unidos e podemos contribuir muito com a troca de experiências”, explica o reitor José Vicente. ■



um olhar sobre o Car

Por Eliane Almeida

O Caribe é uma caixa de Pandora que nos dá a chance de crer que há algo de realmente belo nesse mundo. Um dos mistérios caribenhos é a origem de seu nome. A palavra Caribe deriva do nome da etnia indígena que povoava todas as ilhas do

arquipélago, os caraíbas. Dos tais indígenas sobrou, em algumas ilhas, apenas a memória de sua existência.

Fazendo parte do menor país do planeta, São Cristóvão e Nevis, encontra-se a ilha de São Cristóvão. Também conhecida como St. Kitts

ou ainda Sweet Sugar City (Cidade Doce como Açúcar), foi colonizada pelos ingleses no início do século XVII e por séculos teve a exploração da cana-de-açúcar como principal fonte de riqueza.

Ficou dos ingleses o legado da lin-



gua, da arquitetura, da religião e da educação. Predominantemente negros, tem no rosto o sorriso que é garantido a todo recém-chegado. Nada de caras fechadas ou mau humor. O povo de St. Kitts recebe a todos, sempre, de braços abertos.

A culinária baseada em frutos do mar e muita pimenta tempera a estadia que, apesar de ser lugar quente, é sempre amenizada pela brisa fresca.

Um pouco de história

A Ilha de São Cristóvão é consi-

derada a mãe da colonização do Caribe por ter sido a primeira a ser invadida pelos ingleses. Aliás, antes da colonização inglesa ter seu início oficial, Cristóvão Colombo, em 1493, aportava na Ilha. Encantado com a beleza do local e por achar que o for-



turismo

Arquitetura Inglesa.



Port Zante.



Centro Comercial Port Zante.

mato da ilha era parecido com a da imagem de São Cristóvão carregando Jesus no colo, deu à ilha o nome do santo. Os caribás a chamavam “Liamuiga”. Na língua local significa “terra fértil”.

Em 1623, a Inglaterra ocupa oficialmente a Ilha. Sir Thomas Warner busca em São Cristóvão riquezas como ouro e prata, mas não tem êxito. Passou então a investir na produção do açúcar e tabaco. Para que a produção fosse grande para o mercado internacional do açúcar, os ingleses passaram a comprar escravos africanos para a mão-de-obra. Em 1826, é abolida a escravidão em St. Kitts, mas somente em 19 de setembro de 1983 a ilha alcança a independência.

Abençoado por um vulcão

Os antigos habitantes caribás sabiam que sua ilha Liamuiga, ou “terra fértil”, era rica e produtiva por conta do solo vulcânico. O vulcão extinto, de 3.792 metros de altura e localizado no centro da ilha, deixa como legado uma rica história geológica e vegetação tropical exuberante. As florestas tropicais erguem-se majestosas no centro da montanha e se espalham por toda a ilha. É possível para os turistas mais aventureiros fazer passeios nas florestas e aproveitar tudo de bom que a natureza oferece.

Fortes Ingleses

Também como legado ficaram as estruturas utilizadas para a defesa do território contra os invasores. Os fortes em St. Kitts estão em toda a parte da ilha e podem ser visitados dando aos curiosos a real impressão de estarem na Idade Média. Ficam no alto das montanhas e dão uma visão aérea da ilha imperdível. Prote-

gido pela UNESCO, o Brimstore Hill Fortress Park guarda a maior fortaleza da ilha e em seu interior dorme parte da conturbada história de St. Kitts.

Centro comercial no Port Zante

Para aqueles que chegam de navio à ilha, o primeiro contato com os kittianos é o Centro Comercial Port Zante. Com diversas lojas, podem ser encontrados produtos feitos a mão como cerâmicas, bijuterias, vestidos, sandálias, esculturas, além de conchas retiradas do fundo do mar. São encontrados também joias, relógios, o mais puro rum feito da cana-de-açúcar produzida na ilha. Os restaurantes que ficam na região de Circus Square tem um belíssimo relógio que faz lembrar o Big Bang de Londres.

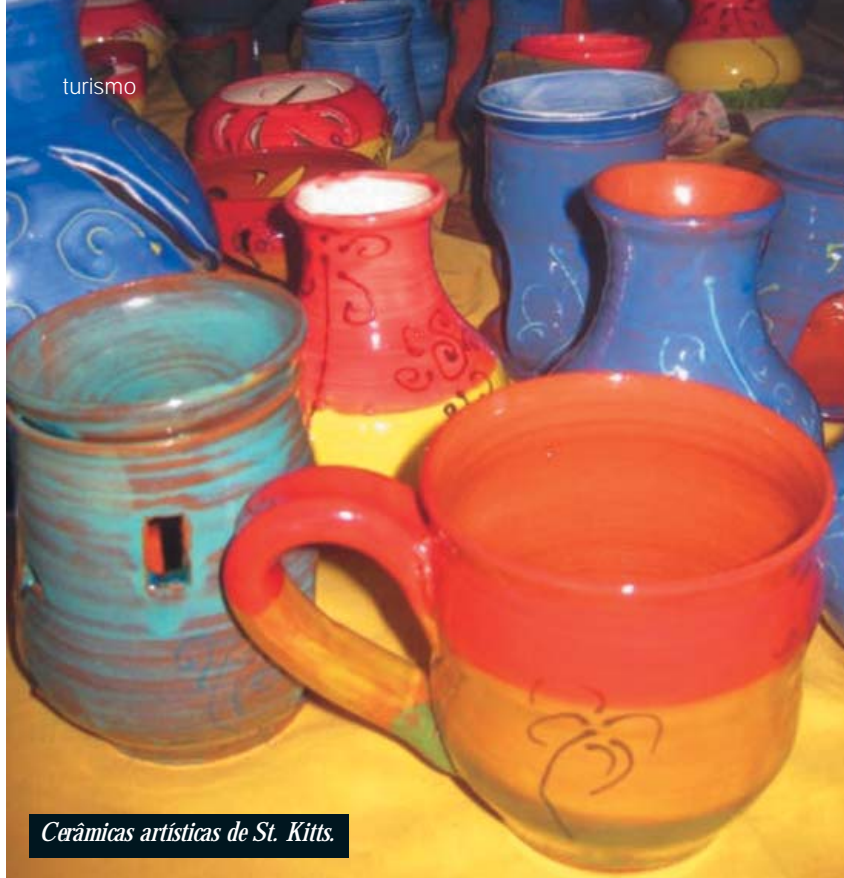
Paraíso na Terra

Inebriante beleza natural, céu ensolarado, águas mornas e praias de areia branca são a combinação perfeita para tornar São Cristóvão um dos pontos mais sedutores do Caribe. Aqueles que amam conhecer as belezas dos corais e natureza marinha, os mergulhos são a opção. Para os menos corajosos há o passeio no Catamarino, embarcação que navega todo o entorno da ilha durante uma viagem de 7 horas. Há ainda a possibilidade de ir a Reggae Beach e degustar uma maravilhosa lagosta, molhando seus pés nas águas cristalinas do final da península.

A Arte da Família Batik

Na estrutura de uma antiga plantation de cana-de-açúcar vive a família Batik. Com o conhecimento dos antepassados na arte do tingimento de tecidos e no desenvolvimento de técnicas de estamparias, a família possui loja de peças únicas, todas feitas a mão pela artista Caribelle Batik. Algumas estamparias levam até nove dias para ficarem prontas. Cada cor leva um dia para ficar perfeita.

Sweet Sugar City, Ilha St. Kitts ou Ilha de São Cristóvão. Perto do Brasil em história e nem tão longe na Geografia. Quem não viu, tem que vir pra ver! ■



Cerâmicas artísticas de St. Kitts.



Artesã da família Batik criando estamparia.

James Meredith

– 25/06/1933 –



Foto: Library of Congress Prints and Photographs Division. U.S. News & World Report Magazine Collection.

Aos 29 anos James Meredith, ex-piloto da Força Aérea, foi admitido na OLE Miss – The University of Mississippi (EUA). Primeiro negro a ser admitido em uma Universidade, foi proibido de frequentar as aulas. O presidente John Kennedy interferiu e enviou tropas federais para acompanharem o aluno durante todo o curso. Hoje a OLE tem um monumento seu e Meredith é considerado um dos maiores ativistas em favor dos direitos civis nos Estados Unidos.

Consciência se constrói com educação.

Fundada em 1997, a Afrobras é o resultado do idealismo e esforço de um grupo de cidadãos de todas as raças, formado por intelectuais, autoridades, personalidades, empresários, estudantes e trabalhadores, que tem por objetivo promover a inserção socioeconômica, cultural e educacional dos jovens negros na sociedade brasileira.

Desenvolvendo atividades de informação, formação, capacitação, qualificação e assessoria técnica, jurídica e política, a Afrobras destaca-se hoje como referência na busca de valorização e afirmação do negro brasileiro.

Entre suas inúmeras atividades, merecem destaque a **Faculdade Zumbi dos Palmares**, o **Colégio da Cidadania Zumbi dos Palmares**, a agência internacional de notícias **Afrobrasnews**, a revista **Afirmativa Plural**, o programa **Negros em Foco**, o **Troféu Raça Negra** e a **Medalha do Mérito Cívico Afro Brasileiro**.

Até agora foram apenas 13 anos ajudando a mudar uma história de quase 4 séculos. Sabemos que o caminho a percorrer ainda é longo, mas ele está cada vez mais livre. E plural.

Saiba mais. Acesse www.afrobras.org.br



ZUMBI DOS PALMARES

FACULDADE ZUMBI DOS PALMARES
SÃO PAULO - BRASIL

afrobras
XXXXX

Sem educação não há liberdade

N formas de compartilhar valor.
N de Nestlé.

PARA A NESTLÉ, COMPARTILHAR VALOR É
CONQUISTAR O RESPEITO E A CONFIANÇA
DE TODA A SOCIEDADE.

CONFIANÇA